

ESP - CTO.ALTOS EST.SEG.CEL NELSON F.TERRA

# Edital 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	180372-ESP - CTO.ALTOS EST.SEG.CEL NELSON F.TERRA	LETICIA VIEIRA SILVA	04/05/2026 10:29 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	67/2026	057.00145870/2026-81

## 1. DO OBJETO

PREGÃO  
ELETRÔNICO  
90006/2026

CONTRATANTE (UASG)  
(180372)

OBJETO  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL PARA O CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA - CAES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO  
R\$ 944.588,64 (NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 20/05/2026 às 08h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  
MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:  
ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS  
SIM

### Sumário

- 1. DO OBJETO 3
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5

5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
11.	DOS RECURSOS	18
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(Processo Administrativo nº057.00145870/2026-81)

Torna-se público que o(a) ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do(a) CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA – UASG - 180372, sediado(a) PRAÇA JÚLIO PRESTES nº 29 CAMPOS ELÍSEOS – SÃO PAULO/CAPITAL – CEP 01218-902, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL PARA O CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A LICITAÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM UM ÚNICO ITEM QUE COMPÕEM TODOS OS ITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A DISCIPLINA DESTE ITEM 2 NÃO SE APLICA NO PRESENTE PROCEDIMENTO, POR NÃO SE TRATAR DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. NOS LIMITES PREVISTOS NO ART. 4º DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, SERÃO OBSERVADAS, CASO APLICÁVEIS, AS REGRAS DE TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, BEM COMO PARA AS COOPERATIVAS QUE ATENDAM AO DISPOSTO NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2007, E NO ART. 16 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, PARA O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. PARA O ITENS/GRUPOS 1, 2, 3, 4, 5 e 6 A PARTICIPAÇÃO É AMPLA, SENDO APLICÁVEIS AS REGRAS DE TRATAMENTO FAVORECIDO CONSTANTES DOS ARTS. 42 A 45 da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, OBSERVADO O DISPOSTO NO § 2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

- contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO SOCIEDADES COOPERATIVAS, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO ART. 16 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E NO ART. 5º DA LEI Nº 12.690, DE 2012.
- 3.11. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO PESSOAS JURÍDICAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO.
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o PREÇO OU PERCENTUAL DE DESCONTO (CONFORME CRITÉRIO DE JULGAMENTO DEFINIDO NO INÍCIO DESTA EDITAL, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte OU SOCIEDADE COOPERATIVA QUE ATENDA AO DISPOSTO NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007 (SE ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA NO ITEM 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte E AS COOPERATIVAS (SE ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NO ITEM 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte E EQUIPARADAS, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte E EQUIPARADAS, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte OU SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA (SE ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA NO ITEM 3.10).
- 4.4.6. O LICITANTE ORGANIZADO EM COOPERATIVA (SE ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA NO ITEM 3.10) DEVERÁ DECLARAR, AINDA, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, QUE CUMPRE OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 16 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas,

após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. VALOR MENSAL E TOTAL ESTIMADO DO ITEM;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de VALOR INFERIOR OU PERCENTUAL DE DESCONTO SUPERIOR CONFORME O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DEFINIDO NO INÍCIO DESTA EDITAL ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de VALORES OU PERCENTUAIS entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$300,00 (TREZENTOS REAIS).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. SERÁ ADOTADO PARA O ENVIO DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO O MODO DE DISPUTA “ABERTO”, SEGUNDO O QUAL OS LICITANTES APRESENTARÃO LANCES PÚBLICOS E SUCESSIVOS, COM PRORROGAÇÕES.

6.11.1. A ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA TERÁ DURAÇÃO DE 10 (DEZ) MINUTOS E, APÓS ISSO, SERÁ PRORROGADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA QUANDO HOUVER LANCE OFERTADO NOS ÚLTIMOS 2 (DOIS) MINUTOS DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.

6.11.2. A PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA ETAPA DE LANCES, DE QUE TRATA A SUBDIVISÃO ACIMA, SERÁ DE 2 (DOIS) MINUTOS E OCORRERÁ SUCESSIVAMENTE SEMPRE QUE HOUVER LANCES ENVIADOS NESSE PERÍODO DE PRORROGAÇÃO, INCLUSIVE NO CASO DE LANCES INTERMEDIÁRIOS.

6.11.3. NÃO HAVENDO NOVOS LANCES NA FORMA ESTABELECIDA NAS SUBDIVISÕES ANTERIORES, A SESSÃO PÚBLICA ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE, E O SISTEMA ORDENARÁ E DIVULGARÁ OS LANCES CONFORME A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

6.11.4. DEFINIDA A MELHOR PROPOSTA, SE A DIFERENÇA EM RELAÇÃO À PROPOSTA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR FOR DE PELO MENOS 5% (CINCO POR CENTO), O PREGOEIRO, AUXILIADO PELA EQUIPE DE APOIO, PODERÁ ADMITIR O REINÍCIO DA

DISPUTA ABERTA, PARA A DEFINIÇÃO DAS DEMAIS COLOCAÇÕES.

6.11.5. APÓS O REINÍCIO PREVISTO NA SUBDIVISÃO ACIMA, OS LICITANTES SERÃO CONVOCADOS PARA APRESENTAR LANCES INTERMEDIÁRIOS.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. EM RELAÇÃO À HIPÓTESE DE ITENS NÃO EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, UMA VEZ ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, SERÁ EFETIVADA A VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA, JUNTO À RECEITA FEDERAL, DO PORTE DA ENTIDADE EMPRESARIAL, CASO A CONTRATAÇÃO NÃO SE ENQUADRE NAS VEDAÇÕES DOS §§ 1º E 2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133, DE 2021. O SISTEMA IDENTIFICARÁ EM COLUNA PRÓPRIA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARTICIPANTES, PROCEDENDO À COMPARAÇÃO COM OS VALORES DA PRIMEIRA COLOCADA, SE ESTA FOR EMPRESA DE MAIOR PORTE, ASSIM COMO DAS DEMAIS CLASSIFICADAS, PARA O FIM DE APLICAR-SE O DISPOSTO NOS ARTS. 44 E 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

6.18.1. NESSAS CONDIÇÕES, AS PROPOSTAS DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE SE ENCONTRAREM NA FAIXA DE ATÉ 5% (CINCO POR CENTO) ACIMA DA MELHOR PROPOSTA OU MELHOR LANCE SERÃO CONSIDERADAS EMPATADAS COM A PRIMEIRA COLOCADA.

6.18.2. A MELHOR CLASSIFICADA NOS TERMOS DA SUBDIVISÃO ACIMA TERÁ O DIREITO DE ENCAMINHAR UMA ÚLTIMA OFERTA PARA DESEMPATE, OBRIGATORIAMENTE EM VALOR INFERIOR AO DA PRIMEIRA COLOCADA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) MINUTOS CONTROLADOS PELO SISTEMA, CONTADOS APÓS A COMUNICAÇÃO AUTOMÁTICA PARA TANTO.

6.18.3. CASO A MICROEMPRESA OU A EMPRESA DE PEQUENO PORTE MELHOR CLASSIFICADA DESISTA OU NÃO SE MANIFESTE NO PRAZO ESTABELECIDO, SERÃO CONVOCADAS AS DEMAIS LICITANTES MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE SE ENCONTREM NAQUELE INTERVALO DE ATÉ 5% (CINCO POR CENTO), NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DO MESMO DIREITO, NO PRAZO ESTABELECIDO NA SUBDIVISÃO ACIMA.

6.18.4. NO CASO DE EQUIVALÊNCIA DOS VALORES APRESENTADOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE SE ENCONTREM NOS INTERVALOS ESTABELECIDOS NAS SUBDIVISÕES ANTERIORES, SERÁ REALIZADO SORTEIO ENTRE ELAS PARA QUE SE IDENTIFIQUE AQUELA QUE PRIMEIRO PODERÁ APRESENTAR MELHOR OFERTA.

6.18.5. NÃO SE APLICA O TRATAMENTO FAVORECIDO ESTABELECIDO NOS ARTS. 44 E 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NA HIPÓTESE EM QUE O OBJETO TENHA VALOR ESTIMADO SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NOS §§ 1º E 3º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133, DE 2021, CONFORME SEJA ESPECIFICADO, QUANDO HOVER, EM SUBDIVISÃO DO ITEM 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer ACIMA DO PREÇO MÁXIMO OU INFERIOR AO DESCONTO MÍNIMO DEFINIDO PELA CONTRATAÇÃO (CONFORME O CRITÉRIO DE JULGAMENTO ESTABELECIDO NO INÍCIO DESTE EDITAL definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (DUAS HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. CASO SEJA DEFINIDO EM TODOS OS ITENS QUE O OBJETO DA LICITAÇÃO CONSISTE EM FORNECIMENTO DE BENS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL (NÃO DEFINIDOS COMO SERVIÇOS DE ENGENHARIA), SERÃO CONSIDERADOS INDÍCIO DE INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS VALORES INFERIORES A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.8.1. A INEXEQUIBILIDADE, NA HIPÓTESE DE QUE TRATA A SUBDIVISÃO ACIMA, SÓ SERÁ CONSIDERADA APÓS DILIGÊNCIA DO PREGOEIRO, QUE COMPROVE:

7.8.1.1. QUE O CUSTO DO LICITANTE ULTRAPASSA O VALOR DA PROPOSTA; E

7.8.1.2. INEXISTIREM CUSTOS DE OPORTUNIDADE CAPAZES DE JUSTIFICAR O VULTO DA OFERTA.

7.9. EM ACRÉSCIMO ÀS DISPOSIÇÕES ACIMA, DEVERÃO SER OBSERVADOS OS SEGUINTE PRECITOS:

7.9.1. A ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER REALIZADA COM O AUXÍLIO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, A SER PREENCHIDA PELO LICITANTE EM RELAÇÃO À SUA PROPOSTA FINAL, CONFORME MODELO CONSTANTE DE ANEXO DESTA EDITAL.

7.9.2. A APRESENTAÇÃO DE VALORES ABAIXO DOS RESPECTIVOS CUSTOS REFERENTES A ITENS ISOLADOS DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS NÃO CARACTERIZA MOTIVO SUFICIENTE PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, DESDE QUE NÃO CONTRARIEM EXIGÊNCIAS LEGAIS.

7.9.3. A FIM DE ASSEGURAR O TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE OS LICITANTES, INFORMA-SE QUE FOI(RAM) UTILIZADO(S) O (S) SEGUINTE(S) ACORDO(S), DISSÍDIO(S) OU CONVENÇÃO(ÕES) COLETIVA(S) DE TRABALHO NO CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:

a) ACORDO COLETIVO DA ATEGORIA SIEMACO/SEAC-SP. FONTE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL – VOL.03 – JAN./2024, EM CONSONÂNCIA AO ART 8º DO DECRETO ESTADUAL nº 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

7.9.3.1. O(S) SINDICATO(S) E INSTRUMENTO(S) COLETIVO(S) INDICADO(S) NA SUBDIVISÃO ACIMA NÃO SÃO DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA PELOS FORNECEDORES, TENDO EM VISTA QUE A DEFINIÇÃO DO(S) SINDICATO(S) E INSTRUMENTO(S) COLETIVO(S) ADEQUADO(S) A CADA FORNECEDOR DEPENDE DO ENQUADRAMENTO SINDICAL A ELE APLICÁVEL NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. AO LONGO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, SEMPRE SE EXIGIRÁ O CUMPRIMENTO DOS ACORDOS, DISSÍDIOS OU CONVENÇÕES COLETIVAS AOS QUAIS O CONTRATADO ESTIVER VINCULADO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

7.9.4. É VEDADO AO LICITANTE INCLUIR NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

A) ITEM RELATIVO A DESPESAS DECORRENTES DE DISPOSIÇÕES CONTIDAS EM ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO QUE TRATEM DE MATÉRIA NÃO TRABALHISTA, DE PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DO CONTRATADO, OU QUE ESTABELEÇAM DIREITOS NÃO PREVISTOS EM LEI, TAIS COMO VALORES OU ÍNDICES OBRIGATÓRIOS DE ENCARGOS SOCIAIS OU PREVIDENCIÁRIOS, BEM COMO DE PREÇOS PARA OS INSUMOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE (ART. 135, § 1º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021);

B) ITEM RELATIVO A DESPESAS DECORRENTES DE DISPOSIÇÕES CONTIDAS EM ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO QUE TRATEM DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS QUE SOMENTE SE APLICAM AOS CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 135, § 2º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).

7.9.5. A INCLUSÃO NA PROPOSTA DE ITEM DE CUSTO VEDADO NÃO ACARRETERÁ A DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE, DEVENDO O PREGOEIRO DETERMINAR QUE O RESPECTIVO CUSTO SEJA EXCLUÍDO DA PLANILHA, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NO INCISO III DO ART. 12 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

7.9.6. NA HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO COM A PREVISÃO DE ITENS DE CUSTOS VEDADOS, TAIS VALORES SERÃO GLOSADOS E OS ITENS SERÃO EXCLUÍDOS DA PLANILHA, GARANTIDOS AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

7.9.7. O LICITANTE MAIS BEM CLASSIFICADO DEVERÁ INDICAR OS SINDICATOS, ACORDO(S) COLETIVO(S), CONVENÇÃO(ÕES) COLETIVA(S) OU SENTENÇA(S) NORMATIVA(S) QUE REGEM A(S) CATEGORIA(S) PROFISSIONAL(IS) QUE EXECUTARÁ(ÃO) O SERVIÇO E A(S) RESPECTIVA(S) DATA(S)-BASE(S) E VIGÊNCIA(S), COM BASE NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO.

7.9.8. EM TODO CASO, DEVERÁ SER GARANTIDO O PAGAMENTO DO SALÁRIO NORMATIVO PREVISTO NO INSTRUMENTO COLETIVO APLICÁVEL OU DO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE, O QUE FOR MAIOR.

7.9.9. CASO SEJA DEFINIDO NO ITEM 1 QUE O OBJETO DA LICITAÇÃO CONSISTE EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVIDADE DE MÃO DE OBRA (SEJAM SEVIÇOS EM GERAL OU DE ENGENHARIA), CUJA PRODUTIVIDADE SEJA MENSURÁVEL E INDICADA NA DOCUMENTAÇÃO QUE INTEGRA ESTE EDITAL, O LICITANTE DEVERÁ INDICAR A PRODUTIVIDADE ADOTADA E A QUANTIDADE DE PESSOAL QUE SERÁ ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.

7.9.9.1. CASO A PRODUTIVIDADE SEJA DIFERENTE DAQUELA UTILIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO COMO REFERÊNCIA, OU NÃO ESTEJA CONTIDA NA FAIXA REFERENCIAL DE PRODUTIVIDADE, MAS SEJA ADMITIDA PELO EDITAL, O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE.

7.9.9.2. OS LICITANTES PODERÃO APRESENTAR PRODUTIVIDADES DIFERENCIADAS DAQUELA ESTABELECIDADA PELA ADMINISTRAÇÃO COMO REFERÊNCIA, DESDE QUE NÃO ALTEREM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO, NÃO CONTRARIEM DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES E, CASO NÃO ESTEJAM CONTIDAS NAS FAIXAS REFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE, COMPROVEM A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

7.9.9.3. PARA EFEITO DA SUBDIVISÃO ANTERIOR, ADMITE-SE A ADEQUAÇÃO TÉCNICA DA METODOLOGIA EMPREGADA PELO LICITANTE, VISANDO ASSEGURAR A EXECUÇÃO DO OBJETO, DESDE QUE MANTIDAS AS CONDIÇÕES PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. CONSIDERANDO QUE O CUSTO GLOBAL ESTIMADO DO OBJETO LICITADO É DECOMPOSTO EM SEUS RESPECTIVOS CUSTOS UNITÁRIOS POR MEIO DE PLANILHA ELABORADA PELA ADMINISTRAÇÃO CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXADA A ESTE EDITAL, O LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR SERÁ CONVOCADO PARA APRESENTAR PLANILHA POR ELE ELABORADA, COM OS RESPECTIVOS VALORES ADEQUADOS AO VALOR FINAL DA SUA PROPOSTA, SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. CONSIDERANDO QUE NA PRESENTE LICITAÇÃO A AVALIAÇÃO PRÉVIA DO LOCAL DE EXECUÇÃO É IMPRESCINDÍVEL PARA O CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DO OBJETO A SER CONTRATADO, O LICITANTE DEVE ATESTAR, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, QUE CONHECE O LOCAL E AS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, ASSEGURADO A ELE O DIREITO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA, OU DE APRESENTAR DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NA DOCUMENTAÇÃO QUE INTEGRA ESTE EDITAL COMO ANEXO.

- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DAS MICROEMPRESAS, DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DAS COOPERATIVAS QUE ATENDAM AO DISPOSTO NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007 (SE ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NO ITEM 3.10) SOMENTE SERÁ EXIGIDA PARA EFEITO DE CONTRATAÇÃO, E NÃO COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO, EXCETO NA HIPÓTESE EM QUE O OBJETO TENHA VALOR ESTIMADO SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NOS §§ 1º E 3º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133, DE 2021, CONFORME SEJA ESPECIFICADO, QUANDO HOUVER, EM SUBDIVISÃO DO ITEM 3.5.
- 8.15.1. HAVENDO ALGUMA RESTRIÇÃO NO QUE TANGE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, O LICITANTE HABILITADO NAS CONDIÇÕES DA SUBDIVISÃO ACIMA DEVERÁ COMPROVAR SUA REGULARIZAÇÃO SOB PENA DE DECADÊNCIA, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DAS COMPETENTES CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS, OU POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADO A PARTIR DO MOMENTO EM QUE O LICITANTE FOR DECLARADO VENCEDOR DO CERTAME, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 9.1. A DISCIPLINA DESTE ITEM 9 NÃO SE APLICA NO PRESENTE PROCEDIMENTO, POR NÃO SE TRATAR DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS.
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 10.1. A DISCIPLINA DESTE ITEM 10 NÃO SE APLICA NO PRESENTE PROCEDIMENTO, POR NÃO SE TRATAR DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS.
- 11. DOS RECURSOS**
- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;



- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados CAESFINANCAS@POLICIAMILITAR.SP.GOV.BR.
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A SANÇÃO DE MULTA SERÁ APLICADA APÓS REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO, E CALCULADA COM OBSERVÂNCIA DOS SEGUINTE PARÂMETROS:
- 12.4.1. A RECUSA INJUSTIFICADA DO ADJUDICATÁRIO EM ASSINAR, ACEITAR OU RETIRAR O CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE, DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, ENSEJARÁ A MULTA CORRESPONDENTE A 20% DO VALOR DO AJUSTE OU MULTA CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;
- 12.4.2. A INEXECUÇÃO TOTAL DO AJUSTE ENSEJARÁ A APLICAÇÃO DE MULTA DE 30% DO VALOR DO AJUSTE OU MULTA CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;
- 12.4.3. A INEXECUÇÃO PARCIAL DO AJUSTE ENSEJARÁ A APLICAÇÃO DE MULTA, NA SEGUINTE CONFORMIDADE
- 12.4.4. 20% CALCULADA SOBRE O VALOR DOS MATERIAIS NÃO ENTREGUES OU SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS OU MULTA CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO PREÇO, RESULTANTE DA NOVA LICITAÇÃO, REFERENTE À PARCELA DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;
- 12.4.5. 20% CALCULADA SOBRE O VALOR DO BEM OU SERVIÇO, NO CASO DE DEIXAR DE SUBSTITUIR OU REPARAR O OBJETO QUE APRESENTAR FALHAS OU DEFEITOS, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA CONTRATUAL;
- 12.4.6. O DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DE PRAZOS FIXADOS NO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE PARA ENTREGA DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DE ETAPAS OU CONCLUSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COM PRAZOS DETERMINADOS, ENSEJARÃO A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE MULTAS, QUE INCIDIRÃO SOBRE O VALOR DAS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS:
- 12.4.7. AS MULTAS SERÃO APLICADAS NA SEGUINTE CONFORMIDADE:
- 12.4.8. RECUSA INJUSTIFICADA EM ASSINAR, ACEITAR OU RETIRAR O CONTRATO = 20% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO OU

DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

12.4.9. INEXECUÇÃO TOTAL = 30% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO OU DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

12.4.10. INEXECUÇÃO PARCIAL = 20% DO VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS OU DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

12.4.11. ATRASO DE ATÉ 15 DIAS = 0,2% X DIAS DE ATRASO X VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS;

12.4.12. ATRASO DE 16 A 30 DIAS = 0,3% X DIAS DE ATRASO X VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS;

12.4.13. ATRASO DE 31 A 60 DIAS = 0,4% X DIAS DE ATRASO X VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS;

12.4.14. DESCUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PREVISTAS NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS = 5% X VALOR MENSAL DO CONTRATO.

12.4.15. CONFIGURADO O DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL, SERÁ A CONTRATADA NOTIFICADA DA INFRAÇÃO E DA PENALIDADE CORRESPONDENTE, PARA APRESENTAR DEFESA NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS CONTADOS DO 1º DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

12.4.16. RECEBIDA A DEFESA, A AUTORIDADE COMPETENTE DEVERÁ MANIFESTAR-SE MOTIVADAMENTE SOBRE O ACOLHIMENTO OU REJEIÇÃO DAS RAZÕES APRESENTADAS, PARA CONCLUIR PELA IMPOSIÇÃO OU NÃO DA PENALIDADE;

12.4.17. NO CASO DE APLICAÇÃO DA MULTA, A MESMA DEVERÁ SER PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

12.4.18. O VALOR CORRESPONDENTE À MULTA, APÓS O DEVIDO PROCEDIMENTO EM QUE TENHA SIDO ASSEGURADO O DIREITO DA AMPLA DEFESA À CONTRATADA, SERÁ DESCONTADO DO PRIMEIRO PAGAMENTO SUBSEQUENTE DEVIDO À CONTRATADA DECORRENTE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E NO CASO DE NÃO HAVER PAGAMENTOS PENDENTES À CONTRATADA, O VALOR DA MULTA DEVERÁ SER RECOLHIDO AO TESOUREIRO DO ESTADO, POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO, NO PRAZO DE ATÉ 05 DIAS CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DA MULTA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO OU, CASO O CONTRATO TENHA EXIGIDO GARANTIA, O VALOR DA MULTA SERÁ DESCONTADO DA GARANTIA PRESTADA.

12.4.19. O PAGAMENTO DA MULTA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE COMPROVADO PERANTE A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, SENDO APLICADOS JUROS MORATÓRIOS DE 0,5% AO MÊS ÀS MULTAS NÃO RECOLHIDAS ATÉ O VENCIMENTO;

12.4.20. SE O PAGAMENTO DA MULTA IMPOSTA AO CONTRATADO NÃO FOR EFETUADO DENTRO DO PRAZO DE 05 DIAS CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, SUA COBRANÇA SERÁ FEITA JUDICIALMENTE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

12.4.21. A MULTA NÃO IMPEDE QUE A ADMINISTRAÇÃO RESCINDA UNILATERALMENTE O CONTRATO E APLIQUE AS OUTRAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

12.4.22. A AUTORIDADE COMPETENTE PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES REFERIDAS NO PARÁGRAFO ANTERIOR, APÓS O JULGAMENTO DOS RECURSOS OU TRANSCORRIDO O PRAZO SEM A SUA INTERPOSIÇÃO, PROVIDENCIARÁ A SUA IMEDIATA DIVULGAÇÃO NO SÍTIO ELETRÔNICO “WWW.SANCOES.SP.GOV.BR” CONSIDERANDO QUE O MESMO É ACESSADO A CADA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO EFETUADA PELA ADMINISTRAÇÃO.

12.5.1. AS MULTAS SÃO AUTÔNOMAS E A APLICAÇÃO DE UMA NÃO EXCLUI A DA OUTRA.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, PELO(S) SEGUINTE(S) MEIO(S): PLATAFORMA COMPRAS.COM e CAESFINANCAS@POLICIAMILITAR.SP.GOV.BR.
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas NO SISTEMA E NO(S) SÍTIOS ELETRÔNICOS NA INTERNET: PLATAFORMA COMPRAS.GOV.BR E PELO E-MAIL: CAESFINACAS@POLICIAMILITAR.SP.GOV, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A DISCIPLINA DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO OBSERVARÁ O DISPOSTO NAS SUBDIVISÕES DESTE ITEM 14.2.
- 14.2.1. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO, EM SENDO REALIZADA A CONTRATAÇÃO, SUA FORMALIZAÇÃO OCORRERÁ MEDIANTE A ASSINATURA DE TERMO DE CONTRATO, CUJA MINUTA INTEGRA ESTE EDITAL COMO ANEXO.
- 14.2.1.1. SE, POR OCASIÃO DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, ALGUM DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO ADJUDICATÁRIO PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTIVER COM O PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO, A ADMINISTRAÇÃO VERIFICARÁ A SITUAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO HÁBIL DE INFORMAÇÕES E CERTIFICARÁ A REGULARIDADE NOS AUTOS DO PROCESSO, ANEXANDO A ELE OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, SALVO IMPOSSIBILIDADE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA.
- 14.2.1.2. SE NÃO FOR POSSÍVEL ATUALIZAR OS DOCUMENTOS REFERIDOS NA SUBDIVISÃO ACIMA POR MEIO ELETRÔNICO HÁBIL DE INFORMAÇÕES, O ADJUDICATÁRIO SERÁ NOTIFICADO PARA, NO PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS, COMPROVAR A SUA SITUAÇÃO DE REGULARIDADE MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES RESPECTIVAS COM PRAZOS DE VALIDADE EM PLENA VIGÊNCIA, SOB PENA DE A CONTRATAÇÃO NÃO SE REALIZAR.
- 14.2.1.3. CONSTITUI CONDIÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DELA DECORRENTES, A INEXISTÊNCIA DE REGISTROS EM NOME DO ADJUDICATÁRIO NO “CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS NÃO QUITADOS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS – CADIN ESTADUAL”, DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 12.799, DE 2008. ESTA CONDIÇÃO SERÁ CONSIDERADA CUMPRIDA SE O DEVEDOR COMPROVAR QUE OS RESPECTIVOS REGISTROS SE ENCONTRAM SUSPENSOS, NOS TERMOS DO ART. 8º, §§ 1º E 2º, DA LEI ESTADUAL Nº 12.799, DE 2008.
- 14.2.1.4. COM A FINALIDADE DE VERIFICAR SE O LICITANTE MANTÉM AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, SERÃO NOVAMENTE CONSULTADOS, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, OS CADASTROS ESPECIFICADOS NO ITEM 7.1 DESTE EDITAL.
- 14.2.1.5. CONSTITUI(EM), IGUALMENTE, CONDIÇÃO(ÕES) PARA A CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
- 14.2.1.5.1. A APRESENTAÇÃO DO(S) DOCUMENTO(S) QUE DEVA(M) SER EXIBIDO(S) PELO ADJUDICATÁRIO ANTERIORMENTE OU POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, CASO EXIGIDA EM DISPOSIÇÃO(ÕES) OU DECLARAÇÃO(ÕES) ESPECÍFICA(S) QUE ESTEJA(M) PREVISTA(S) NESTE INSTRUMENTO OU NA DOCUMENTAÇÃO QUE O INTEGRA COMO ANEXO;
- 14.2.1.5.2. A INDICAÇÃO DE GESTOR ENCARREGADO DE REPRESENTAR O ADJUDICATÁRIO COM EXCLUSIVIDADE PERANTE O CONTRATANTE, CASO SE TRATE DE SOCIEDADE COOPERATIVA (SE ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA NO ITEM 3.10);

- 14.2.1.5.3. A APRESENTAÇÃO DO REGISTRO OU INSCRIÇÃO DO LICITANTE NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA OU NO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU COMPETENTE, COM O VISTO DO CREA/SP OU DO CAU/SP, CONFORME O CASO, SE O LOCAL DO REGISTRO OU INSCRIÇÃO FOR SITUADO EM REGIÃO NÃO COMPREENDIDA NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA REFERIDA ENTIDADE, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
- 14.2.2. O ADJUDICATÁRIO TERÁ O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA CONVOCAÇÃO, PARA ASSINAR O TERMO DE CONTRATO, SOB PENA DE DECADÊNCIA DO DIREITO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133, DE 2021.
- 14.2.2.1. O CONTRATO SERÁ ASSINADO COM A UTILIZAÇÃO DE MEIO ELETRÔNICO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
- 14.2.2.2. O PRAZO PARA ASSINATURA PREVISTO NA SUBDIVISÃO ANTERIOR PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, POR SOLICITAÇÃO JUSTIFICADA DO INTERESSADO E ACEITA PELA ADMINISTRAÇÃO.
- 14.2.2.3. SERÁ CONSIDERADO CELEBRADO O CONTRATO, EM CASO DE ASSINATURAS POR MEIO ELETRÔNICO EM DATAS DIFERENTES, NA DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA ELETRÔNICA DAS PARTES DO TERMO CONTRATUAL.
- 14.2.3. NA HIPÓTESE DE O VENCEDOR DA LICITAÇÃO NÃO COMPROVAR MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E PREENCHER AS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO CONSIGNADAS NESTE EDITAL, OU NÃO ASSINAR O CONTRATO, OU RECUSAR A CONTRATAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DO CABIMENTO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS CABÍVEIS A ESSE LICITANTE, PODERÁ CONVOCAR OS LICITANTES REMANESCENTES, RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO EM CONFORMIDADE COM O PROCEDIMENTO E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 90 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
- 14.2.4. SERÁ FACULTADA À ADMINISTRAÇÃO A CONVOCAÇÃO DOS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE EM CONSEQUÊNCIA DE RESCISÃO DE CONTRATO CELEBRADO COM FUNDAMENTO NESTA LICITAÇÃO, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO § 7º DO ART. 90 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) E NO SÍTIO ELETRÔNICO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 14.15.1.1. ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- 14.15.1.2. ANEXO I.2 – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS E LOCAIS
- 14.15.2. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;
- 14.15.3. ANEXO III – CÓPIA DA RESOLUÇÃO SP-005/2026
- 14.15.4. ANEXO IV – MODELOS(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA;
- 14.15.5. ANEXO V – MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES);
- 14.15.5.1. ANEXO V.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;
- 14.15.6. ANEXO VI – MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA;
- 14.15.6.1. ANEXO VI.1 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA;
- 14.15.6.2. ANEXO VI.2 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO;
- 14.15.6.3. ANEXO VI.3 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO;
- 14.15.7. ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- 14.15.8. ANEXO VIII – AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS;

SÃO PAULO, 29 de ABRIL de 2026.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA nº 011/2026

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA “CAES”

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90006/2026

(Processo Administrativo nº 057.057.00145998/2026-44)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços DE LIMPEZA, ASSEIO e CONSERVAÇÃO PREDIAL, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM

ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR
1 V-03 Áreas internas -					
limpeza predial – pisos frios.	162736	M²	3.101,04	R\$ 8,25	R\$25.583,58
2 V-03 Áreas externas - limpeza predial - pisos pavimentados adjacentes/contíguos as edificações.	162779	M²	861,71	R\$ 4,12	R\$3.550,25
3 V-03 Áreas externas - limpeza predial varrição de passeios e arruamentos.	218197	M²	1.444,58	R\$ 0,84	R\$ 1.213,45
4 V-03 Áreas externas - pátios e áreas verdes - baixa frequência.	162787	M²	1.142,95	R\$ 0,20	R\$ 228,59
5 V-03 Vidros externos - limpeza predial - frequência trimestral com exposição à situação de risco	207357	M²	272,79	R\$ 3,20	R\$ 872,93
6 V-03 Vidros externos - limpeza predial - frequência semestral sem exposição à situação de risco	162841	M²	14,88	R\$ 2,52	R\$ 37,50
VALOR MENSAL					R\$ 31.486,29
VALOR TOTAL DO CONTRATO (30 MESES)					R\$ 944.588,64

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como SERVIÇOS COMUNS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É DE 30 (TRINTA) MESES, CONTADOS DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS, PRORROGÁVEL POR ATÉ 10 (DEZ) ANOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 106 E 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

1.3.1 O SERVIÇO É ENQUADRADO COMO SERVIÇO CONTÍNUO, TENDO EM VISTA QUE O SERVIÇO É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES POLICIAL DESTA OAES, SENDO A VIGÊNCIA PLURIANUAL MAIS VANTAJOSA CONSIDERANDO O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

1.4. O CONTRATO ESTABELECE A DISCIPLINA QUE SERÁ APLICADA EM RELAÇÃO À VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO. Subcontratação

1.5. O CONTRATADO NÃO PODERÁ SUBCONTRATAR, CEDER OU TRANSFERIR, TOTAL OU PARCIALMENTE, O OBJETO CONTRATUAL.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DE SEUS QUANTITATIVOS ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, APÊNDICE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2.2. O OBJETO DA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, NOS TERMOS DO DECRETO ESTADUAL Nº 67.689, DE 3 DE MAIO DE 2023, CONFORME DETALHAMENTO A SEGUIR:

- I) ID PCA NO PNCP: 46377800000127-0-000112/2026;
- II) DATA DE PUBLICAÇÃO NO PNCP: 23/01/2026;
- III) ID DO ITEM NO PCA: 85;
- IV) CLASSE/GRUPO: 0853 – SERVIÇOS DE LIMPEZA;
- V) IDENTIFICADOR DA FUTURA CONTRATAÇÃO: 180372-62/2026;

2.3. O OBJETO DA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, NOS TERMOS DO DECRETO ESTADUAL Nº 67.689, DE 3 DE MAIO DE 2023, CONFORME CONSTA DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, APÊNDICE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. ALÉM DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EVENTUALMENTE INSERIDOS NA DESCRIÇÃO DO OBJETO, DEVEM SER

ATENDIDOS OS SEGUINTE REQUISITOS:

4.2. UTILIZAR PRODUTOS SUSTENTÁVEIS QUE APRESENTEM MENOR IMPACTO AMBIENTAL, PRIORIZANDO AQUELES QUE SÃO FABRICADOS A PARTIR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS OU BIODEGRADÁVEIS. ESSA ESCOLHA NÃO APENAS MINIMIZA A PEGADA ECOLÓGICA, MAS TAMBÉM PROMOVE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS OPERAÇÕES, ALINHANDO-SE ÀS MELHORES PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL. É FUNDAMENTAL QUE OS PRODUTOS SELECIONADOS SEJAM CERTIFICADOS E COMPROVADAMENTE EFICAZES, GARANTINDO, ASSIM, A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E O CUMPRIMENTO DAS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES.

Garantia da contratação

4.3. NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO DOS ARTS. 96 E SEGUINTE DA LEI Nº 14.133, DE 2021, PELAS RAZÕES CONSTANTES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

Vistoria

4.4. A AVALIAÇÃO PRÉVIA DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS É IMPRESCINDÍVEL PARA O CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DO OBJETO A SER CONTRATADO, SENDO ASSEGURADO AO INTERESSADO O DIREITO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA, ACOMPANHADO POR SERVIDOR DESIGNADO PARA ESSE FIM, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DAS 08 (OITO) HORAS ÀS 17 (DEZESSETE) HORAS SITO PRAÇA JÚLIO PRESTES nº 29 – CAMPOS ELÍSEOS O QUAL DEVERÁ SER AGENDADO PREVIAMENTE PELO E-MAIL: CAESADM@POLICIAMILITAR.SP.GOV.BR OU PELO TELEFONE (11) 2997-7315 – 7317 – 7318.

4.5. SERÃO DISPONIBILIZADOS DATA E HORÁRIO DIFERENTES AOS INTERESSADOS EM REALIZAR A VISTORIA PRÉVIA.

4.6. PARA A VISTORIA, O REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR OU RESPONSÁVEL TÉCNICO DEVERÁ ESTAR DEVIDAMENTE IDENTIFICADO, APRESENTANDO DOCUMENTO DE IDENTIDADE CIVIL E DOCUMENTO EXPEDIDO PELO FORNECEDOR COMPROVANDO SUA HABILITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA VISTORIA.

4.7. CASO O LICITANTE OPTE POR NÃO REALIZAR A VISTORIA, DEVERÁ PRESTAR DECLARAÇÃO FORMAL DE SEU REPRESENTANTE LEGAL DE QUE CONHECE O LOCAL E AS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO, OU DECLARAÇÃO FORMAL ASSINADA POR SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO ACERCA DO CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO.

4.8. O INTERESSADO NÃO PODERÁ PLEITEAR MODIFICAÇÕES NOS PREÇOS, NOS PRAZOS OU NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, TAMPOUCO ALEGAR QUAISQUER PREJUÍZOS OU REIVINDICAR QUAISQUER BENEFÍCIOS SOB A INVOCÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE DADOS OU DE INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL EM QUE SERÁ REALIZADO O OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

REUNIÃO INICIAL

4.8. DEVERÁ SER REALIZADA UMA REUNIÃO INICIAL COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR AS EXPECTATIVAS, NIVELAR OS ENTENDIMENTOS ACERCA DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO CONTRATO, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS E ESCLARECER POSSÍVEIS DÚVIDAS ACERCA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO;

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

5.1.1 INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO CONCOMITANTEMENTE COM A EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO;

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2. PRAÇA JÚLIO PRESTES, nº 29 – CAMPOS ELÍSEOS – SÃO PAULO/SP. HORÁRIO: SEGUNDA A SEXTA, EM HORÁRIOS QUE NÃO COLIDAM COM AS ATIVIDADES NORMAIS DO CONTRATANTE, RESPEITANDO JORNADA DE ATÉ 44 HORAS SEMANAIS.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.3. A EXECUÇÃO CONTRATUAL OBSERVARÁ AS ROTINAS ABAIXO:

5.4. ÁREAS INTERNAS – PISOS FRIOS

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS INTERNAS – PISOS FRIOS AQUELAS CONSTITUÍDAS OU REVESTIDAS DE PAVIFLEX, MÁRMORE, CERÂMICA, MARMORITE, PLURIGOMA E MADEIRA, INCLUINDO OS SANITÁRIOS.

5.4.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA.

5.4.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR:

QUADRO 3: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – PISOS FRIOS.

5.4.3 CONSIDERAÇÃO FINAL

5.4.4 OS TRAPOS E AS ESTOPAS CONTAMINADAS NAS ATIVIDADES DE POLIMENTO (OU EM QUE SE UTILIZAREM PRODUTOS CONSIDERADOS TÓXICOS) DEVERÃO SER SEGREGADOS E TER DESTINAÇÃO ADEQUADA.

5.5. ÁREAS EXTERNAS – PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES.

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS EXTERNAS – PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES AQUELAS CIRCUNDANTES AOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, REVESTIDAS DE CIMENTO, LAJOTA, CERÂMICA ETC.

5.5.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA.

5.5.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR.

14.15.9. QUADRO 9: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES  
14.15.10.

5.6.3 UTILIZAÇÃO DA ÁGUA

A) A LIMPEZA DOS PISOS PAVIMENTADOS SOMENTE SERÁ FEITA POR MEIO DE VARREDURA E RECOLHIMENTO DE DETRITOS OU POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE BALDES, PANOS MOLHADOS OU ESCOVÃO, SENDO EXPRESSAMENTE VEDADA A LAVAGEM COM ÁGUA POTÁVEL, EXCETO EM CASOS EM QUE SE CONFIRME A PRESENÇA DE MATERIAL CONTAGIOSO OU OUTROS QUE TRAGAM DANOS À SAÚDE.

B) SEMPRE QUE POSSÍVEL, SERÁ PERMITIDA A LAVAGEM COM ÁGUA DE REUSO OU OUTRAS FONTES (ÁGUAS DE CHUVA, POÇOS CUJA ÁGUA SEJA CERTIFICADA DE NÃO CONTAMINAÇÃO POR METAIS PESADOS OU AGENTES BACTERIOLÓGICOS, MINAS E OUTROS).

#### 5.3.4. CONSIDERAÇÃO FINAL

OS TRAPOS E AS ESTOPAS CONTAMINADOS NAS ATIVIDADES DE POLIMENTO (OU EM QUE SE UTILIZEM PRODUTOS CONSIDERADOS TÓXICOS) DEVERÃO SER SEGREGADOS E TER DESTINAÇÃO ADEQUADA.

#### 5.6. ÁREAS EXTERNAS – VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS EXTERNAS – VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS ÁREAS DESTINADAS A ESTACIONAMENTOS (INCLUSIVE GARAGENS COBERTAS), PASSEIOS, ALAMEDAS, ARRUAMENTOS E DEMAIS ÁREAS CIRCUNSCRITAS NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE.

##### 5.6.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA

5.6.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR.

QUADRO 10: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS.

#### 5.7.3 UTILIZAÇÃO DA ÁGUA

A) A LIMPEZA DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS SOMENTE SERÁ FEITA POR MEIO DE VARREDURA E RECOLHIMENTO DE DETRITOS OU POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE BALDES, PANOS MOLHADOS OU ESCOVÃO, SENDO EXPRESSAMENTE VEDADA A LAVAGEM COM ÁGUA POTÁVEL, EXCETO EM CASOS EM QUE SE CONFIRME A PRESENÇA DE MATERIAL CONTAGIOSO OU OUTROS QUE TRAGAM DANOS À SAÚDE;

B) SEMPRE QUE POSSÍVEL, SERÁ PERMITIDA A LAVAGEM COM ÁGUA DE REUSO OU OUTRAS FONTES (ÁGUAS DE CHUVA, POÇOS CUJA ÁGUA SEJA CERTIFICADA DE NÃO CONTAMINAÇÃO POR METAIS PESADOS OU AGENTES BACTERIOLÓGICOS, MINAS E OUTROS).

#### 5.7. ÁREAS EXTERNAS – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – ALTA FREQUÊNCIA (UMA VEZ POR SEMANA)

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS EXTERNAS – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – ALTA FREQUÊNCIA AQUELAS EXTERNAS, PRESENTES NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE E QUE NECESSITAM DE LIMPEZA SEMANAL.

##### 5.7.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA

5.7.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR:

14.15.11. QUADRO 11: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – ALTA FREQUÊNCIA

14.15.12.

#### 5.8.3. UTILIZAÇÃO DE ÁGUA

A) A LIMPEZA DE PÁTIOS SOMENTE SERÁ FEITA POR MEIO DE VARREDURA E RECOLHIMENTO DE DETRITOS, SENDO EXPRESSAMENTE VEDADA A LAVAGEM COM ÁGUA POTÁVEL, EXCETO EM CASOS EM QUE SE CONFIRME A PRESENÇA DE MATERIAL CONTAGIOSO OU OUTROS QUE TRAGAM DANOS À SAÚDE;

B) SEMPRE QUE POSSÍVEL, SERÁ PERMITIDA A LAVAGEM COM ÁGUA DE REUSO OU OUTRAS FONTES (ÁGUAS DE CHUVA, POÇOS CUJA ÁGUA SEJA CERTIFICADA DE NÃO CONTAMINAÇÃO POR METAIS PESADOS OU AGENTES BACTERIOLÓGICOS, MINAS E OUTROS).

#### 5.8. ÁREAS EXTERNAS – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – MÉDIA FREQUÊNCIA (UMA VEZ POR QUINZENA)

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS EXTERNAS – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – MÉDIA FREQUÊNCIA AQUELAS EXTERNAS, PRESENTES NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE E QUE NECESSITAM DE LIMPEZA QUINZENAL.

##### 5.8.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA

5.8.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR:

14.15.13. QUADRO 12: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – MÉDIA FREQUÊNCIA

#### 5.9.2 UTILIZAÇÃO DE ÁGUA

A) A LIMPEZA DE PÁTIOS SOMENTE SERÁ FEITA POR MEIO DE VARREDURA E RECOLHIMENTO DE DETRITOS, SENDO EXPRESSAMENTE VEDADA A LAVAGEM COM ÁGUA POTÁVEL, EXCETO EM CASOS EM QUE SE CONFIRME A PRESENÇA DE MATERIAL CONTAGIOSO OU OUTROS QUE TRAGAM DANOS À SAÚDE;

B) SEMPRE QUE POSSÍVEL, SERÁ PERMITIDA A LAVAGEM COM ÁGUA DE REUSO OU OUTRAS FONTES (ÁGUAS DE CHUVA, POÇOS CUJA ÁGUA SEJA CERTIFICADA DE NÃO CONTAMINAÇÃO POR METAIS PESADOS OU AGENTES BACTERIOLÓGICOS, MINAS E OUTROS).

#### 5.9. ÁREAS EXTERNAS – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – BAIXA FREQUÊNCIA (UMA VEZ POR MÊS)

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS EXTERNAS – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – BAIXA FREQUÊNCIA AQUELAS EXTERNAS, PRESENTES NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE E QUE NECESSITAM DE LIMPEZA MENSAL.

##### 5.9.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA.

##### 5.9.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR:

##### 5.9.3 QUADRO 13: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – PÁTIOS E ÁREAS VERDES – BAIXA FREQUÊNCIA

#### 5.10.3 UTILIZAÇÃO DE ÁGUA

A) A LIMPEZA DE PÁTIOS SOMENTE SERÁ FEITA POR MEIO DE VARREDURA E RECOLHIMENTO DE DETRITOS, SENDO EXPRESSAMENTE VEDADA A LAVAGEM COM ÁGUA POTÁVEL, EXCETO EM CASOS EM QUE SE CONFIRME A PRESENÇA DE MATERIAL CONTAGIOSO OU OUTROS QUE TRAGAM DANOS À SAÚDE;

B) SEMPRE QUE POSSÍVEL, SERÁ PERMITIDA A LAVAGEM COM ÁGUA DE REUSO OU OUTRAS FONTES (ÁGUAS DE CHUVA, POÇOS CUJA ÁGUA SEJA CERTIFICADA DE NÃO CONTAMINAÇÃO POR METAIS PESADOS OU AGENTES BACTERIOLÓGICOS, MINAS E OUTROS).

#### 5.10. ÁREAS EXTERNAS – COLETA DE DETRITOS EM PÁTIOS E ÁREAS VERDES – FREQUÊNCIA DIÁRIA

SÃO CONSIDERADAS COMO ÁREAS EXTERNAS – COLETA DE DETRITOS EM PÁTIOS E ÁREAS VERDES - FREQUÊNCIA DIÁRIA AQUELAS EXTERNAS, COM E SEM PAVIMENTOS, PEDREGULHOS, JARDINS E GRAMADOS.

##### 5.10.1 ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA

##### 5.10.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME QUADRO A SEGUIR:

##### 14.15.14. QUADRO 14: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – COLETA DE DETRITOS EM PÁTIOS E ÁREAS VERDES

5.11. VIDROS EXTERNOS – FREQUÊNCIA TRIMESTRAL E SEMESTRAL – COM OU SEM EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO. SÃO CONSIDERADOS COMO VIDROS EXTERNOS AQUELES LOCALIZADOS NAS FACHADAS DAS EDIFICAÇÕES. OS VIDROS EXTERNOS SÃO COMPOSTOS POR FACE INTERNA E FACE EXTERNA. A QUANTIFICAÇÃO DA ÁREA DOS VIDROS EXTERNOS DEVERÁ SE REFERIR SOMENTE A UMA DE SUAS FACES.

##### 5.11.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.11.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA CONFORME O QUADRO A SEGUIR. RESSALTA-SE QUE A LIMPEZA DA FACE EXTERNA DOS VIDROS EXTERNOS PODE SER REALIZADA TANTO TRIMESTRALMENTE QUANTO SEMESTRALMENTE. CONSIDERAM-SE AS FREQUÊNCIAS PREVISTAS NAS ESPECIFICAÇÕES DE ÁREAS DE ANEXO DO EDITAL.

##### 14.15.15. QUADRO 15: ROTINA E FREQUÊNCIA DE LIMPEZA – VIDROS EXTERNOS – TRIMESTRAL E SEMESTRAL – COM OU SEM EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO.

#### 5.12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

A CONTRATADA, ALÉM DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, MATERIAIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS ÁREAS ENVOLVIDAS, BEM COMO DAS OBRIGAÇÕES CONSTANTES NA MINUTA DE TERMO DE CONTRATO, OBRIGA-SE A:

##### 5.12.1 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES GENÉRICAS

5.12.2 RESPONSABILIZAR-SE INTEGRALMENTE PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

5.12.3 DESIGNAR POR ESCRITO, NO ATO DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PREPOSTO(S) QUE TENHA(M) PODERES PARA RESOLUÇÃO DE POSSÍVEIS OCORRÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

5.12.4 OBSERVAR A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, INCLUSIVE QUANTO À JORNADA DE TRABALHO E OUTRAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM NORMAS COLETIVAS DA CATEGORIA PROFISSIONAL.

OBSERVAR AS CONDIÇÕES DE USO DE SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E FISCAIS QUE SEJAM ESTABELECIDAS POR LEGISLAÇÃO FEDERAL, ATENDENDO AO DISPOSTO NO ART. 16 DA LEI Nº 13.874, DE 2019.

5.12.5 DISPONIBILIZAR O NÚMERO NECESSÁRIO DE EMPREGADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DEVIDAMENTE REGISTRADOS EM SUAS CARTEIRAS DE TRABALHO.

5.12.6 NO INÍCIO DE CADA MÊS, FORNECER AO CONTRATANTE TODO O MATERIAL DE LIMPEZA (SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E PRODUTOS QUÍMICOS) A SER UTILIZADO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA NO PERÍODO, EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADAS PARA A APROVAÇÃO PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

5.12.7 CABE À CONTRATADA COMPLETAR OU SUBSTITUIR O MATERIAL CONSIDERADO INADEQUADO PELO CONTRATANTE NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

5.12.8 RESPEITAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O TRANSPORTE, MANUSEIO E ARMAZENAGEM DOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E DOS PRODUTOS QUÍMICOS.

5.12.9 MANTER OS EMPREGADOS QUE EXECUTARÃO O SERVIÇO DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, IDENTIFICANDO-OS



MEDIANTE CRACHÁS COM FOTOGRAFIA RECENTE E PROVENDO-OS DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS).

5.12.10 MANTER TODOS OS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, DEVENDO OS DANIFICADOS SER SUBSTITUÍDOS EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS. OS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DEVEM SER DOTADOS DE SISTEMA DE PROTEÇÃO, DE MODO A EVITAR DANOS NA REDE ELÉTRICA.

5.12.11 IDENTIFICAR TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAIS E UTENSÍLIOS DE SUA PROPRIEDADE, TAIS COMO: ASPIRADORES DE PÓ, ENCERADEIRAS, MANGUEIRAS, BALDES, CARRINHOS PARA TRANSPORTE DE LIXO, ESCADAS, ENTRE OUTROS, DE FORMA A NÃO SEREM CONFUNDIDOS COM SIMILARES DE PROPRIEDADE DO CONTRATANTE.

5.12.12 IMPLANTAR, DE FORMA ADEQUADA, A PLANIFICAÇÃO, A EXECUÇÃO E A SUPERVISÃO PERMANENTE DOS SERVIÇOS DE MANEIRA ESTRUTURADA, FORNECENDO DURANTE O HORÁRIO COMERCIAL SUPORTE PARA DAR ATENDIMENTO A EVENTUAIS NECESSIDADES PARA MANUTENÇÃO DAS ÁREAS LIMPAS.

5.12.13 NOMEAR ENCARREGADOS RESPONSÁVEIS PELOS SERVIÇOS, COM A MISSÃO DE GARANTIR BOM ANDAMENTO DOS TRABALHOS. ESSES ENCARREGADOS TERÃO A OBRIGAÇÃO DE SE REPORTAREM, QUANDO HOUVER NECESSIDADE, AO PREPOSTO DOS SERVIÇOS DO CONTRATANTE E TOMAR AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

5.12.14 ASSUMIR TODAS AS RESPONSABILIDADES E TOMAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DOS SEUS PROFISSIONAIS ACIDENTADOS OU COM MAL SÚBITO.

5.12.15 CUMPRIR OS POSTULADOS LEGAIS VIGENTES DE ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL E AS NORMAS INTERNAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.

5.12.16 INSTRUIR SEUS PROFISSIONAIS QUANTO À NECESSIDADE DE ACATAR AS ORIENTAÇÕES DO CONTRATANTE, INCLUSIVE QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS NORMAS INTERNAS E DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, TAIS COMO PREVENÇÃO DE INCÊNDIO NAS ÁREAS DO CONTRATANTE.

5.12.17 EXERCER CONTROLE SOBRE A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEUS EMPREGADOS.

5.12.18 PRESTAR OS SERVIÇOS DENTRO DE PARÂMETROS E ROTINAS ESTABELECIDAS, FORNECENDO TODOS OS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E MATERIAIS, INCLUINDO SACOS PLÁSTICOS PARA ACONDICIONAMENTO DE DETRITOS E EQUIPAMENTOS EM QUANTIDADE, QUALIDADE E TECNOLOGIA ADEQUADAS, COM OBSERVÂNCIA ÀS RECOMENDAÇÕES ACEITAS PELA BOA TÉCNICA, NORMAS E LEGISLAÇÃO.

5.12.19 A CONTRATADA DEVERÁ DISTRIBUIR NOS SANITÁRIOS PAPEL HIGIENICO, SABONETE E PAPEL TOALHA, DE FORMA A GARANTIR A MANUTENÇÃO DE SEU ABASTECIMENTO, CABENDO AO CONTRATANTE A RESPONSABILIDADE PELO FORNECIMENTO DO PAPEL HIGIENICO, SABONETE E PAPEL TOALHA.

5.12.20 OBSERVAR CONDUTA ADEQUADA NA UTILIZAÇÃO DOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, DOS MATERIAIS E DOS EQUIPAMENTOS, OBJETIVANDO A CORRETA HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS E DAS INSTALAÇÕES OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

5.12.21 RESPEITAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE E OBSERVAR AS BOAS PRÁTICAS TÉCNICA E AMBIENTALMENTE RECOMENDADAS QUANDO DA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COM PRODUTOS QUÍMICOS CONTROLADOS E DA APLICAÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS NAS ÁREAS DE ESCOPO DOS TRABALHOS, QUER SEJA EM QUALIDADE, QUANTIDADE OU DESTINAÇÃO, ATIVIDADES ESSAS DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, QUE RESPONDERÁ EM SEU PRÓPRIO NOME PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES.

5.12.1 EXECUTAR OS SERVIÇOS EM HORÁRIOS QUE NÃO INTERFIRAM NO BOM ANDAMENTO DA ROTINA DE FUNCIONAMENTO DO CONTRATANTE.

5.12.2 ASSEGURAR QUE TODO EMPREGADO QUE COMETER FALTA DISCIPLINAR NÃO SEJA MANTIDO NAS DEPENDÊNCIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU EM QUAISQUER OUTRAS INSTALAÇÕES DO CONTRATANTE.

5.12.3 ATENDER DE IMEDIATO ÀS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE QUANTO ÀS SUBSTITUIÇÕES DE PROFISSIONAIS NÃO QUALIFICADOS OU ENTENDIDOS COMO INADEQUADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.12.4 FORNECER CESTA BÁSICA E VALE-REFEIÇÃO QUE ESTEJAM PREVISTOS NA CONVENÇÃO, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA, E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS EMPREGADOS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.12.5 APRESENTAR, QUANDO SOLICITADO, OS COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS.

5.12.6 EXECUTAR OS TRABALHOS DE FORMA A GARANTIR OS MELHORES RESULTADOS, CABENDO À CONTRATADA OTIMIZAR A GESTÃO DE SEUS RECURSOS – QUER HUMANOS, QUER MATERIAIS – COM VISTAS À QUALIDADE DOS SERVIÇOS E À SATISFAÇÃO DO CONTRATANTE, OBTENDO A PRODUTIVIDADE ADEQUADA AOS VÁRIOS TIPOS DE TRABALHO. A CONTRATADA RESPONSABILIZAR-SE-Á INTEGRALMENTE PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, CUMPRINDO AS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE INTERFIRAM EM SUA EXECUÇÃO, DESTACANDO-SE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.

5.12.7 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS – BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

a) ELABORAR E MANTER UM PROGRAMA INTERNO DE TREINAMENTO DE SEUS EMPREGADOS PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ÁGUA, BEM COMO REDUÇÃO DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, OBSERVANDO AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES;

b) RECEBER DO CONTRATANTE INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS PROGRAMAS DE USO RACIONAL DOS RECURSOS QUE IMPACTAM O MEIO AMBIENTE;

c) RESPONSABILIZAR-SE PELO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS PARA MANUTENÇÃO POR SEU ENCARREGADO, DISPONÍVEL EM ANEXO DO EDITAL, QUE PODERÁ SER FORNECIDO PELO CONTRATANTE;

d) QUANDO HOUVER OCORRÊNCIAS, O ENCARREGADO DEVERÁ ENTREGAR AO CONTRATANTE O FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS PARA MANUTENÇÃO DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO;

e) EXEMPLOS DE OCORRÊNCIAS MAIS COMUNS E QUE DEVEM SER APONTADAS:

14.15.16.

1. VAZAMENTOS NA TORNEIRA OU NO SIFÃO DO LAVATÓRIO E EM CHUVEIROS;

2. SABONETEIRAS E TOALHEIROS QUEBRADOS;

3. LÂMPADAS QUEIMADAS OU PISCANDO;

4. TOMADAS E ESPELHOS SOLTOS;
5. FIOS DESENCAPADOS;
6. JANELAS, FECHADURAS OU VIDROS QUEBRADOS; E
7. CARPETE SOLTO.

#### 5.12.8 USO RACIONAL DA ÁGUA

5.12.9 A) A CONTRATADA DEVERÁ CAPACITAR PARTE DO SEU PESSOAL QUANTO AO USO DA ÁGUA. ESSA CAPACITAÇÃO PODERÁ SER FEITA POR MEIO DO MATERIAL OFERECIDO PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP) SOBRE O USO RACIONAL DA ÁGUA, DISPONÍVEL EM SEU SITE. OS CONCEITOS DEVERÃO SER REPASSADOS PARA A EQUIPE POR MEIO DE MULTIPLICADORES;

5.12.10 B) A CONTRATADA DEVERÁ ADOTAR MEDIDAS PARA SE EVITAR O DESPERDÍCIO DE ÁGUA TRATADA, CONFORME INSTITUÍDO NO DECRETO ESTADUAL Nº 48.138, DE 07 DE OUTUBRO DE 2003;

5.12.11 C) COLABORAR COM AS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE CONSUMO E USO RACIONAL DA ÁGUA, DEVENDO OS ENCARREGADOS ATUAREM COMO FACILITADORES DAS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DE EMPREGADOS DA CONTRATADA;

5.12.12 D) COMO EXEMPLO: SEMPRE QUE POSSÍVEL, USAR A VASSOURA E NÃO A MANGUEIRA PARA LIMPAR ÁREAS EXTERNAS. SE HOUVER UMA SUJEIRA LOCALIZADA, USAR A TÉCNICA DO PANO UMEDECIDO;

5.12.1 E) SEMPRE QUE ADEQUADO E NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ UTILIZAR-SE DE EQUIPAMENTO DE LIMPEZA COM JATOS DE VAPOR DE ÁGUA SATURADA SOB PRESSÃO. TRATA- SE DE ALTERNATIVA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA CUJA UTILIZAÇÃO SERÁ PRECEDIDA DE AVALIAÇÃO PELO CONTRATANTE, PONDERANDO AS VANTAGENS E AS DESVANTAGENS. EM CASO DE UTILIZAÇÃO DE LAVADORAS, ADOTAR AS DE PRESSÃO COM VAZÃO MÁXIMA DE 360 (TREZENTOS E SESENTA) LITROS /HORA;

#### 5.14 USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A) MANTER CRITÉRIOS ESPECIAIS E PRIVILEGIADOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS QUE APRESENTEM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REDUÇÃO DE CONSUMO;

B) DURANTE A LIMPEZA NOTURNA, QUANDO PERMITIDO, ACENDER APENAS AS LUZES DAS ÁREAS QUE ESTIVEREM SENDO OCUPADAS;

C) COMUNICAR AO CONTRATANTE SOBRE EQUIPAMENTOS COM MAU FUNCIONAMENTO OU DANIFICADOS, TAIS COMO LÂMPADAS QUEIMADAS OU PISCANDO, ZUMBIDO EXCESSIVO EM REATORES DE LUMINÁRIAS, E MAU FUNCIONAMENTO DE INSTALAÇÕES ENERGIZADAS;

D) SUGERIR AO CONTRATANTE OU DIRETAMENTE À COMISSÃO INTERNA DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA (CIRE) LOCAIS E MEDIDAS QUE TENHAM A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA, TAIS COMO: DESLIGAMENTO DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO DE INTERRUPTORES, INSTALAÇÃO DE SENSORES DE PRESENÇA, REBAIXAMENTO DE LUMINÁRIAS, ENTRE OUTROS;

E) AO REMOVER O PÓ DE CORTINAS OU PERSIANAS, VERIFICAR SE ESTAS NÃO ESTÃO IMPEDINDO A SAÍDA DO AR-CONDICIONADO OU APARELHO EQUIVALENTE;

F) VERIFICAR AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE EXTENSÕES ELÉTRICAS UTILIZADAS EM ASPIRADORES DE PÓ, ENCERADEIRAS, ENTRE OUTROS, E SE EXISTEM VAZAMENTOS DE VAPOUR OU AR NOS EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA, E O SISTEMA DE PROTEÇÃO ELÉTRICA;

G) REALIZAR VERIFICAÇÕES E, SE FOR O CASO, MANUTENÇÕES PERIÓDICAS EM SEUS APARELHOS ELÉTRICOS, EXTENSÕES, FILTROS, RECIPIENTES DE ASPIRADORES DE PÓ E NAS ESCOVAS DAS ENCERADEIRAS. EVITAR AO MÁXIMO O USO DE EXTENSÕES ELÉTRICAS;

H) REPASSAR A SEUS EMPREGADOS TODAS AS ORIENTAÇÕES REFERENTES À REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA FORNECIDAS PELO CONTRATANTE.

##### 5.14.1. REDUÇÃO DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A) SEPARAR E ENTREGAR AO CONTRATANTE PILHAS E BATERIAS PARA DESCARTE QUE CONTENHAM EM SUAS COMPOSIÇÕES CHUMBO, CÁDMIO, MERCÚRIO E SEUS COMPOSTOS. ALTERNATIVAMENTE, PODERÃO SER ENTREGUES AOS ESTABELECIMENTOS QUE AS COMERCIALIZAM OU À REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA PELAS RESPECTIVAS INDÚSTRIAS, PARA REPASSE AOS FABRICANTES OU IMPORTADORES. ASSIM, ESTES ADOTARÃO, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE TERCEIROS, OS PROCEDIMENTOS DE REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM, TRATAMENTO OU DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADOS, EM FACE DOS IMPACTOS NEGATIVOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO DESCARTE INADEQUADO DESSES MATERIAIS. ESSA OBRIGAÇÃO ATENDE À RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008;

B) TRATAMENTO IDÊNTICO DEVERÁ SER DISPENSADO A LÂMPADAS FLUORESCENTES E FRASCOS DE AEROSSÓIS EM GERAL;

C) ENCAMINHAR AO CONTRATANTE OS PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS ABANDONADOS OU DISPOSTOS INADEQUADAMENTE PARA ENCAMINHAMENTO AOS FABRICANTES PARA DESTINAÇÃO FINAL E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, TENDO EM VISTA QUE ESTES CONSTITUEM PASSIVO AMBIENTAL, QUE RESULTA SÉRIO RISCO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA. ESSA OBRIGAÇÃO ATENDE À RESOLUÇÃO CONAMA Nº 416, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009, BEM COMO À INSTRUÇÃO NORMATIVA DO IBAMA Nº 09, DE 20 DE JULHO DE 2021;

D) QUANDO IMPLANTADO PELO CONTRATANTE PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COLABORAR DE FORMA EFETIVA NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA INTERNO DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM RECIPIENTES PARA COLETA SELETIVA NAS CORES INTERNACIONALMENTE IDENTIFICADAS, DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE. NO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR AS SEGUINTE REGRAS:

MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS

MATERIAIS DENOMINADOS “REJEITOS”, PARA OS QUAIS AINDA NÃO SÃO APLICADAS TÉCNICAS DE REAPROVEITAMENTO.

DENTRE ELES: LIXO DE BANHEIRO, PAPEL HIGIÊNICO, LENÇO DE PAPEL E OUTROS COMO CERÂMICAS, PRATOS, VIDROS PIREX E SIMILARES, TRAPOS E ROUPAS SUJAS, TOCO DE CIGARRO, CINZA E CISCOS (QUE DEVERÃO SER SEGREGADOS E ACONDICIONADOS SEPARADAMENTE PARA DESTINAÇÃO ADEQUADA), ACRÍLICO, LÂMPADAS FLUORESCENTES (ACONDICIONADAS EM SEPARADO), PAPÉIS PLASTIFICADOS, METALIZADOS OU PARAFINADOS, PAPEL CARBONO E FOTOGRAFIAS, FITAS E ETIQUETAS ADESIVAS, COPOS DESCARTÁVEIS DE PAPEL, ESPELHOS, VIDROS PLANOS, CRISTAIS, PILHAS (ACONDICIONADAS EM SEPARADO E ENVIADAS AO FABRICANTE).

#### MATERIAIS RECICLÁVEIS

PARA OS MATERIAIS SECOS RECICLÁVEIS, DEVERÁ SER SEGUIDA A PADRONIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A IDENTIFICAÇÃO, POR CORES, NOS RECIPIENTES COLETORES (VERDE PARA VIDRO, AMARELO PARA METAL, VERMELHO PARA PLÁSTICO, AZUL PARA PAPEL, E BRANCO PARA LIXO NÃO RECICLÁVEL).

E) QUANDO IMPLANTADAS OPERAÇÕES DE COMPOSTAGEM OU FABRICAÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PELO CONTRATANTE, A CONTRATADA DEVERÁ SEPARAR OS RESÍDUOS ORGÂNICOS DA VARRIÇÃO DE PARQUES (FOLHAS, GRAVETOS ETC.) E ENCAMINHÁ-LOS POSTERIORMENTE PARA AS REFERIDAS OPERAÇÕES, DE MODO A EVITAR SUA DISPOSIÇÃO EM ATERRO SANITÁRIO;

F) FORNECER SACOS DE LIXO NOS TAMANHOS ADEQUADOS À SUA UTILIZAÇÃO, COM VISTAS À OTIMIZAÇÃO EM SEU USO, BEM COMO À REDUÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;

G) OTIMIZAR A UTILIZAÇÃO DOS SACOS DE LIXO, CUJO FORNECIMENTO É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, ADEQUANDO SUA DISPONIBILIZAÇÃO QUANTO À CAPACIDADE E NECESSIDADE, ESGOTANDO DENTRO DO BOM SENSO E DA RAZOABILIDADE O SEU VOLUME ÚTIL DE ACONDICIONAMENTO, OBJETIVANDO A REDUÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;

H) OBSERVAR, QUANDO PERTINENTE, AS DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL DE SÃO PAULO Nº 14.973, DE 2009, E O DECRETO MUNICIPAL Nº 58.701, DE 2019, QUANTO À ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA SELETIVA NOS GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS, BEM COMO O RECOLHIMENTO PERIÓDICO DOS RESÍDUOS COLETADOS E O ENVIO DESTES PARA LOCAIS ADEQUADOS QUE GARANTAM O SEU BOM APROVEITAMENTO, OU SEJA, A RECICLAGEM.

#### SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

A) MANTER CRITÉRIOS ESPECIAIS E PRIVILEGIADOS PARA AQUISIÇÃO E USO DE PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS;

B) UTILIZAR RACIONALMENTE OS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, CUJA APLICAÇÃO NOS SERVIÇOS DEVERÁ OBSERVAR REGRA BASILAR DE MENOR TOXIDADE, SER LIVRE DE CORANTES E TER REDUÇÃO DRÁSTICA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO;

C) MANTER CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS AÇÕES AMBIENTAIS POR ESTES REALIZADAS;

D) OBSERVAR, RIGOROSAMENTE, QUANDO DA APLICAÇÃO E/OU MANIPULAÇÃO DE DETERGENTES E SEUS CONGENERES, AS PRESCRIÇÕES DO ART. 44 DA LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, DO DECRETO Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, E DA RESOLUÇÃO RDC Nº 694, DE 13 DE MAIO DE 2022, DA ANVISA, SUJEITANDO-SE A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DAS AUTORIDADES SANITÁRIAS E DO CONTRATANTE;

E) FORNECER SANEANTES DOMISSANITÁRIOS DEVIDAMENTE NOTIFICADOS OU REGISTRADOS NA ENTIDADE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMPETENTE, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 8.077, DE 13 DE AGOSTO DE 2013, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976;

F) OBSERVAR A ROTULAGEM QUANTO AOS PRODUTOS DESINFETANTES DOMISSANITÁRIOS, CONFORME A RESOLUÇÃO RDC Nº 682, DE 02 DE MAIO DE 2022, DA ANVISA, E O ART. 60-A DA LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, INCLUÍDO PELA LEI Nº 13.236, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015;

G) EM FACE DA NECESSIDADE DE SER PRESERVADA A QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS NATURAIS, DE IMPORTANCIA FUNDAMENTAL PARA A SAÚDE, DEVE-SE APLICAR SOMENTE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS CUJAS SUBSTÂNCIAS TENSOATIVAS ANIÔNICAS, UTILIZADAS EM SUA COMPOSIÇÃO, SEJAM BIODEGRADÁVEIS, CONFORME DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO RDC Nº 694, DE 13 DE MAIO DE 2022, DA ANVISA, QUE DISPOE SOBRE A BIODEGRADABILIDADE DE TENSOATIVOS ANIÔNICOS EMPREGADOS EM PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS:

A DETERMINAÇÃO DA BIODEGRADABILIDADE DE TENSOATIVOS ANIÔNICOS DEVE OBSERVAR O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO RDC Nº 694, DE 13 DE MAIO DE 2022, DA ANVISA;

O CONTRATANTE PODERÁ COLETAR UMA VEZ POR MÊS, E SEMPRE QUE JULGAR NECESSÁRIO, AMOSTRAS DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, QUE DEVERÃO SER DEVIDAMENTE ACONDICIONADAS EM RECIPIENTES ESTERILIZADOS E LACRADOS, PARA ANÁLISES LABORATORIAIS;

OS LAUDOS LABORATORIAIS DEVERÃO SER ELABORADOS POR LABORATÓRIOS HABILITADOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. DEVERÃO CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NO LAUDO LABORATORIAL, ALÉM DO RESULTADO DOS ENSAIOS DE BIODEGRADABILIDADE, RESULTADOS DA ANÁLISE QUÍMICA DA AMOSTRA ANALISADA.

H) QUANDO DA APLICAÇÃO DE ÁLCOOL, DEVERÁ SER OBSERVADA A RESOLUÇÃO RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022, DA ANVISA, QUE DISPOE SOBRE CONDIÇÕES PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO À VENDA OU ENTREGA AO CONSUMO DO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO EM TODAS AS GRADUAÇÕES E DO ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO;

I) FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PREDIAL, O FORNECIMENTO, A UTILIZAÇÃO E A APLICAÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS OU PRODUTOS QUÍMICOS QUE CONTENHAM OU APRESENTEMEM SUA COMPOSIÇÃO: CORANTES – RELACIONADOS NO ANEXO I DA PORTARIA Nº 9 MS/SNVS, DE 10 DE ABRIL DE 1987; COMPONENTE NÃO PERMITIDO, COMPONENTE QUE EXCEDA LIMITE ESTABELECIDO CONSTANTE EM REGULAMENTO ESPECÍFICO, OU COMPONENTE QUE APRESENTE EFEITOS COMPROVADAMENTE MUTAGÊNICOS, TERATOGENICOS OU CARCINOGENICOS EM MAMÍFEROS, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NO ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO RDC Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, DA ANVISA; SANEANTES DOMISSANITÁRIOS FORTEMENTE ALCALINOS – APRESENTADOS SOB

A FORMA DE LÍQUIDO PREMIDO (AEROSSOL), OU LÍQUIDO PARA PULVERIZAÇÃO, TAIS COMO PRODUTOS DESENGORDURANTES, CONFORME A RESOLUÇÃO RDC N° 697, DE 13 DE MAIO DE 2022, DA ANVISA; BENZENO – CONFORME A RESOLUÇÃO RDC NO 648, DE 24 DE MARÇO DE 2022, DA ANVISA, E RECOMENDAÇÕES DISPOSTAS NA LEI NO 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, NO DECRETO NO 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, E NA LEI NO 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, UMA VEZ QUE DE ACORDO COM ESTUDOS DA INTERNATIONAL AGENCY RESEARCH ON CANCER (IARC), AGENCIA DE PESQUISA REFERENCIADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS), A SUBSTANCIA BENZENO FOI CATEGORIZADA COMO CANCERÍGENA PARA HUMANOS; INSETICIDAS E RATICIDAS – NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE N° 01, DE 04 DE ABRIL DE 1979.

J) OS PRODUTOS QUÍMICOS RELACIONADOS PELA CONTRATADA, DE ACORDO COM SUA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPOSIÇÃO, FABRICANTE E UTILIZAÇÃO, DEVERÃO TER NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DEFERIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), VINCULADA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO RDC N° 59, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010. A CONSULTA AOS SANEANTES NOTIFICADOS E REGISTRADOS ESTÁ DISPONÍVEL NA SEÇÃO DE CONSULTA AO BANCO DE DADOS, NO SITE DA ANVISA ([HTTPS://CONSULTAS.ANVISA.GOV.BR/](https://consultas.anvisa.gov.br/));

K) RECOMENDA-SE QUE A CONTRATADA UTILIZE PRODUTOS DETERGENTES DE BAIXA CONCENTRAÇÃO E BAIXO TEOR DE FOSFATO;

L) APRESENTAR AO CONTRATANTE, SEMPRE QUE SOLICITADO, A COMPOSIÇÃO QUÍMICA DOS PRODUTOS PARA ANÁLISE E PRECAUÇÕES, COM POSSÍVEIS INTERCORRÊNCIAS QUE POSSAM SURTIR COM PROFISSIONAIS DA CONTRATADA OU COM TERCEIROS.

#### POLUIÇÃO SONORA

A) PARA OS EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA QUE GERAM RUÍDO EM SEU FUNCIONAMENTO, OBSERVAR A NECESSIDADE DE SELO RUÍDO COMO FORMA DE INDICAÇÃO DO NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA, MEDIDO EM DECIBEL – DB(A) –, CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 20, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994, EM FACE DE O RUÍDO EXCESSIVO CAUSAR PREJUÍZO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL, AFETANDO PARTICULARMENTE A AUDIÇÃO. A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS ADEQUADAS E CONHECIDAS PERMITE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE REDUÇÃO DE NÍVEIS DE RUÍDO.

#### 5.16 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE RESPONSABILIZA-SE POR:

5.16.1. EXERCER A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POR TÉCNICO(S) ESPECIALMENTE DESIGNADOS;

5.16.2. INDICAR AS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS;

5.16.3. INDICAR OS VESTIÁRIOS COM ARMÁRIOS GUARDA-ROUPAS;

5.16.4. DESTINAR LOCAL PARA GUARDA DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS;

5.16.5. FORNECER PAPEL HIGIÊNICO, SABONETE E PAPEL TOALHA PARA A RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO NOS SANITÁRIOS EXISTENTES NOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

5.16.6. EFETUAR PERIODICAMENTE A PROGRAMAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELA CONTRATADA;

5.16.7. INDICAR FORMALMENTE O GESTOR E O(S) FISCAL(IS) PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL;

5.16.8. FORNECER À CONTRATADA, SE SOLICITADO, O FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS PARA MANUTENÇÃO (ANEXO DO EDITAL);

5.16.9. RECEBER DA CONTRATADA AS COMUNICAÇÕES REGISTRADAS NOS FORMULÁRIOS DE OCORRÊNCIAS, DEVIDAMENTE PREENCHIDOS E ASSINADOS, ENCAMINHANDO-OS AOS SETORES COMPETENTES PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS;

5.16.10. DISPONIBILIZAR OS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, USO RACIONAL DE ÁGUA E, CASO JÁ IMPLANTADO, O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, BEM COMO OS RECIPIENTES COLETORES ADEQUADOS PARA A COLETA SELETIVA DE MATERIAIS SECOS RECICLÁVEIS, SEGUINDO A PADRONIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A IDENTIFICAÇÃO POR CORES;

5.16.11. ELABORAR E DISTRIBUIR MANUAIS DE PROCEDIMENTOS PARA OCORRÊNCIAS RELATIVOS AO DESCARTE DE MATERIAIS POTENCIALMENTE POLUIDORES, A SEREM OBSERVADOS TANTO PELO GESTOR DO CONTRATO COMO PELA CONTRATADA;

5.16.12. RECEBER OS DESCARTES, ENCONTRADOS PELA CONTRATADA DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE PILHAS E BATERIAS QUE CONTENHAM EM SUAS COMPOSIÇÕES CHUMBO, CÁDMIO, MERCÚRIO E SEUS COMPOSTOS, RESPONSABILIZANDO-SE PELA ENTREGA AOS ESTABELECIMENTOS QUE AS COMERCIALIZAM OU À REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA PELAS RESPECTIVAS INDÚSTRIAS, PARA O TRATAMENTO OU DESTINAÇÃO FINAL;

5.16.13. RECEBER OS DESCARTES DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E FRASCOS DE AEROSSÓIS EM GERAL, RESPONSABILIZANDO-SE PELO ENCAMINHAMENTO AOS FABRICANTES PARA A DEVIDA DESTINAÇÃO FINAL;

5.16.14. RECEBER OS PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS, ABANDONADOS OU DISPOSTOS INADEQUADAMENTE E ENCONTRADOS PELA CONTRATADA DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RESPONSABILIZANDO-SE PELO ENCAMINHAMENTO AOS FABRICANTES PARA A DEVIDA DESTINAÇÃO FINAL;

5.16.15. EXPEDIR AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS DA DATA DE INÍCIO DA SUA EXECUÇÃO;

5.16.16. ENCAMINHAR A LIBERAÇÃO DE PAGAMENTO DAS FATURAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADAS, APLICANDO-SE OS DEVIDOS FATORES DE DESCONTO, CASO OCORRAM HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA, CONFORME RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.

5.16.17. DEVERÃO PARTICIPAR DESSA REUNIÃO, NO MÍNIMO, O GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO E O REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA;

5.16.18. A REUNIÃO REALIZAR-SE-Á NA PRAÇA JÚLIO PRESTES n° 29 – CAMPOS ELÍSEOS, SÃO PAULO/SP EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO;

5.16.19. AO FINAL DEVERÁ SER PRODUZIDA ATA DE REUNIÃO, QUE CONSIGNARÁ TODOS OS ASSUNTOS TRATADOS E QUE DEVERÁ SER ASSINADA, NA OCASIÃO, POR TODOS OS PARTICIPANTES.

## LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.16.20. PRAÇA JÚLIO PRESTES, 29 - CAMPOS ELÍSIOS, SÃO PAULO/SP, CEP-01218-902.

## SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E METRAGEM

5.16.21. ÁREAS INTERNAS;

5.16.22. PISOS FRIOS. 3.101,04 M²;

5.16.23. ÁREAS EXTERNAS;

5.16.24. PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES, 861,71 M²;

5.16.25. VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS, 1.444,58 M²;

5.16.26. PÁTIOS E ÁREAS VERDES - BAIXA FREQUÊNCIA, 1.142,95 M²

5.16.27. VIDROS EXTERNOS:

5.16.28. FREQUÊNCIA TRIMESTRAL (COM EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO), 272,79 M²;

5.16.29. FREQUÊNCIA TRIMESTRAL (SEM EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO), 14,88 M².

5.17.1 UNIFORMES

OS UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS PELO CONTRATADO A SEUS EMPREGADOS DEVERÃO SER CONDIZENTES COM A ATIVIDADE A SER DESEMPENHADA NO ÓRGÃO CONTRATANTE, COMPREENDENDO PEÇAS PARA TODAS AS ESTAÇÕES CLIMÁTICAS DO ANO, SEM QUALQUER REPASSE DO CUSTO PARA O EMPREGADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NAS SUBDIVISÕES SEGUINTE:

5.17.2. O UNIFORME DEVERÁ COMPREENDER AS SEGUINTE PEÇAS DO VESTUÁRIO:

5.17.3. CAMISETA, CASACO/JAQUETA COM IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA, CALÇA E EPIS; 5.17.4. 02 (DOIS) CONJUNTOS COMPLETO AO EMPREGADO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, DEVENDO SER SUBSTITUÍDO 01 (UM) CONJUNTO COMPLETO DE UNIFORME A CADA 06 (SEIS) MESES, OU A QUALQUER ÉPOCA, NO PRAZO MÁXIMO DE 72 (SETENTA E DUAS) HORAS, APÓS COMUNICAÇÃO ESCRITA DO CONTRATANTE, SEMPRE QUE NÃO ATENDAM AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE APRESENTAÇÃO;

5.17.5. NO CASO DE EMPREGADA GESTANTE, OS UNIFORMES DEVERÃO SER APROPRIADOS PARA A SITUAÇÃO, E DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS SEMPRE QUE ESTIVEREM APERTADOS;

5.17.6. OS UNIFORMES DEVERÃO SER ENTREGUES MEDIANTE RECIBO, CUJA CÓPIA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DO ORIGINAL PARA CONFERÊNCIA, DEVERÁ SER ENVIADA AO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

5.18. NÃO SERÃO NECESSÁRIOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE CONTRATO DEVIDO ÀS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.15. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, CONFORME PREVISTO EM ANEXO DO EDITAL, PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE PODERÁ ACARREAR EM REDIMENSIONAMENTO NO

## PAGAMENTO COM BASE NOS INDICADORES ESTABELECIDOS.

- 6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.18. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.19. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.21. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.
- 6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).
- 6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.25. A FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ABRANGE, AINDA, AS SEGUINTE ROTINAS:
- 6.25.1. A AUTORIDADE COMPETENTE DO CONTRATANTE PODERÁ:

A) ORDENAR A IMEDIATA RETIRADA DO LOCAL, BEM COMO A SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS DA CONTRATADA QUE ESTIVEREM SEM UNIFORME OU CRACHÁ, QUE EMBAÇAREM OU DIFICULTAREM A SUA FISCALIZAÇÃO OU CUJA PERMANÊNCIA NA ÁREA, A EXCLUSIVO CRITÉRIO DO CONTRATANTE, JULGAR INCONVENIENTE;

B) SOLICITAR À CONTRATADA A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER SANEANTE DOMISSANITÁRIO, MATERIAL OU EQUIPAMENTO CUJO USO SEJA CONSIDERADO PREJUDICIAL À BOA CONSERVAÇÃO DE SEUS PERTENCES, EQUIPAMENTOS OU INSTALAÇÕES, E /OU QUE NÃO ATENDAM ÀS NECESSIDADES.

6.26. A AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, POR PARTE DO CONTRATANTE, REFERENTE A IRREGULARIDADES OU FALHAS, NÃO EXIME A CONTRATADA DO REGULAR CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO CONTRATO.

6.27. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1 No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.33.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.33.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.33.1.5. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

6.33.2 Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de

informações:

- 6.33.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.33.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;
- 6.33.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e
- 6.33.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 6.33.3 Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):
  - 6.33.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;
  - 6.33.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;
  - 6.33.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - 6.33.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e
  - 6.33.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- 6.33.4 O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:
  - 6.33.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;
  - 6.33.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;
  - 6.33.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 6.33.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
  - 6.33.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.34. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.35. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 6.36. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.37. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:
  - 6.37.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
  - 6.37.2 Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
  - 6.37.3 Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.
- 6.38. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.42. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 6.42.1 O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.
- 6.43. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 6.43.1 Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.
    - 6.43.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.
    - 6.43.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.
- 6.44. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas,

sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.45. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.46. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.47. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.48. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.49. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.50. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.51. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.52. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.53. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.54. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.55. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A) A AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO UTILIZARÁ O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, CONFORME PREVISTO EM ANEXO DO EDITAL, PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

B) APLICA-SE EVENTUAL DESCONTO NAS FATURAS MENSAIS EM FUNÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL OBTIDA NA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS. OS CRITÉRIOS, CONCEITOS E ITENS QUE SERÃO OBJETO DE AVALIAÇÃO MENSAL ESTÃO DESCRITOS EM ANEXO DO EDITAL.

C) O CONTRATANTE EXECUTARÁ MENSALMENTE A MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO A QUANTIDADE DE SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS, DESCONTANDO-SE DO VALOR DEVIDO, QUANDO HOUVER, AS IMPORTÂNCIAS RELATIVAS ÀS QUANTIDADES DE SERVIÇOS NÃO ACEITAS E GLOSADAS PELO CONTRATANTE POR MOTIVOS IMPUTÁVEIS À CONTRATADA, BEM COMO PERCENTUAL DECORRENTE DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES DISCIPLINADAS EM CONTRATO E NO EDITAL.

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (DEZ) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

7.6.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.6.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir



a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10. O CONTRATADO FICA OBRIGADO A REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO TODO OU EM PARTE, O OBJETO EM QUE SE VERIFICAREM VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO OU MATERIAIS EMPREGADOS, CABENDO À FISCALIZAÇÃO NÃO ATESTAR A ÚLTIMA E/OU ÚNICA MEDIÇÃO DE SERVIÇOS ATÉ QUE SEJAM SANADAS TODAS AS EVENTUAIS PENDÊNCIAS QUE POSSAM VIR A SER APONTADAS NO RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (DEZ) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.13.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. O PRAZO DE QUE TRATA O ITEM ANTERIOR SERÁ REDUZIDO À METADE, MANTENDO-SE A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO NELE ESPECIFICADA, NOS CASOS DE CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE DESPESAS CUJOS VALORES NÃO ULTRAPASSEM O LIMITE DE QUE TRATA O INCISO II DO CAPUT DO ART. 75 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.23. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### Prazo de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde

que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.29.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.31.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. O CONTRATADO REGULARMENTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO SOFRERÁ A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA QUANTO AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ABRANGIDOS POR AQUELE REGIME. NO ENTANTO, O PAGAMENTO FICARÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO, POR MEIO DE DOCUMENTO OFICIAL, DE QUE FAZ JUS AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO PREVISTO NA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O FORNECEDOR SERÁ SELECIONADO POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, SOB A FORMA ELETRÔNICA, COM ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO;

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI, CUJA ACEITAÇÃO FICARÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE NO SÍLIO [HTTPS://WWW.GOV.BR/EMPRESAS-E-NEGOCIOS/PT-BR/EMPREENDEDOR](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, QUANDO A ATIVIDADE ASSIM O EXIGIR.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [QUANTO AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS, E, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra

equivalente, na forma da lei.

O FORNECEDOR ENQUADRADO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL QUE PRETENDA AUFERIR OS BENEFÍCIOS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, ESTARÁ DISPENSADO DA PROVA DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E MUNICIPAL.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate DE PESSOA FÍSICA (ART. 5º, INCISO II, ALÍNEA “C”, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 2021 C/C DECRETO ESTADUAL Nº 67.608, DE 2023), de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.21. CASO O FORNECEDOR ESTEJA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, DEVERÁ SER COMPROVADO O ACOLHIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, CONFORME O CASO:

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.22. DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO, ASSEGURADO A ELE O DIREITO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA;

8.22.1 A DECLARAÇÃO ACIMA PODERÁ SER SUBSTITUÍDA POR DECLARAÇÃO FORMAL ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO LICITANTE ACERCA DO CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO;

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

8.23. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO SIMILAR DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR AO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, OU AO ITEM PERTINENTE, POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO(ÕES) OU ATESTADO(S), FORNECIDO(S) POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, OU REGULARMENTE EMITIDO(S) PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE, QUANDO FOR O CASO;

8.23.1 PARA FINS DA COMPROVAÇÃO DE QUE TRATA A SUBDIVISÃO ACIMA, O(S) ATESTADO(S) OU CERTIDÃO(ÕES) DEVERÁ(ÃO) DIZER RESPEITO A CONTRATO(S) EXECUTADO(S) COM A(S) SEGUINTE(S) CARACTERÍSTICA(S) MÍNIMA(S):

8.23.1.1. DEVERÁ HAVER A COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 15 (QUINZE) MESES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SIMILARES, SENDO ACEITO O SOMATÓRIO DE ATESTADOS OU CERTIDÕES DE PERÍODOS DIFERENTES, NÃO HAVENDO OBRIGATORIEDADE DE OS MESES SEREM ININTERRUPTOS;

8.23.1.2. COMPROVAÇÃO DE QUE JÁ EXECUTOU CONTRATO(S) COM UM MÍNIMO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO A SEREM CONTRATADOS;

8.23.2 SERÃO ADMITIDOS, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE SERVIÇO SIMILAR, A APRESENTAÇÃO E O SOMATÓRIO DE DIFERENTES CERTIDÕES OU ATESTADOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS DE FORMA CONCOMITANTE, POIS ESSA SITUAÇÃO EQUIVALE, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL, A UMA ÚNICA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ITEM 10.9 DO ANEXO VII-A DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MPDG Nº 5, DE 2017, APLICÁVEL POR FORÇA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98, DE 2022, C/C O ART. 1º, INCISO VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 67.608, DE 2023;

8.23.3 OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA PODEM SER APRESENTADOS EM NOME DA MATRIZ OU DA FILIAL DO LICITANTE;

8.23.4 O LICITANTE DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO(S) ATESTADO(S), APRESENTANDO, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, CÓPIA DO CONTRATO QUE DEU SUPORTE À CONTRATAÇÃO, ENDEREÇO ATUAL DO CONTRATANTE E LOCAL EM QUE FORAM PRESTADOS OS SERVIÇOS, DENTRE OUTROS DOCUMENTOS;

8.23.5 O(S) ATESTADO(S) DEVERÁ(ÃO) REFERIR-SE A SERVIÇOS PRESTADOS NO ÂMBITO DE SUA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL OU SECUNDÁRIA ESPECIFICADAS NO CONTRATO SOCIAL VIGENTE;

8.24. SERÃO ACEITOS ATESTADOS OU OUTROS DOCUMENTOS HÁBEIS EMITIDOS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS QUANDO ACOMPANHADOS DE TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS, SALVO SE COMPROVADA A INIDONEIDADE DA ENTIDADE EMISSORA;

8.25. A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES OU ATESTADOS DE DESEMPENHO ANTERIOR EMITIDOS EM FAVOR DE CONSÓRCIO DO QUAL TENHA FEITO PARTE SERÁ ADMITIDA, DESDE QUE ATENDIDOS OS REQUISITOS DO ART. 67, §§ 10 E 11, DA LEI Nº 14.133, DE 2021 E A DISCIPLINA SOBRE O TEMA.

#### Outras comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

#### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 944.588,64 (NOVECIENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS), conforme custos unitários apostos Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.2. ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE: A ADMINISTRAÇÃO REALIZARÁ A ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS COM BASE NO ART. 59, IV, DA LEI Nº 14.133/2021. CASO O VALOR GLOBAL OFERTADO APRESENTE INDÍCIOS DE INEQUILIBRILIDADE, SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DETALHADA E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS QUE ATSTEM A VIABILIDADE DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA, ENCARGOS SOCIAIS E INSUMOS, GARANTINDO QUE O PREÇO OFERTADO SUPORTA A EXECUÇÃO FIEL DO CONTRATO DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA.

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS

CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DO ESTADO.

10.2. NO PRESENTE EXERCÍCIO, A CONTRATAÇÃO SERÁ ATENDIDA PELA SEGUINTE DOTAÇÃO:

I) GESTÃO/UNIDADE: 180.372 – CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

II) FONTE DE RECURSOS: 15001001 - TESOURO

III) PROGRAMA DE TRABALHO: 180402 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR;

IV) ELEMENTO DE DESPESA: 33903796

V) PLANO INTERNO: ID PNCP 46377800000127-0-000112/2026. (ITEM 85 DO P.C.A)

10.3. QUANDO A EXECUÇÃO DO CONTRATO ULTRAPASSAR O PRESENTE EXERCÍCIO, A DOTAÇÃO RELATIVA AO(S) EXERCÍCIO (S) FINANCEIRO(S) SUBSEQUENTE(S) SERÁ INDICADA APÓS APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA RESPECTIVA E LIBERAÇÃO DOS CRÉDITOS CORRESPONDENTES, MEDIANTE APOSTILAMENTO.

SÃO PAULO, 17 DE ABRIL DE 2026

FRANCIELE CRISTINA MELENCHON CARMONA MENDES

PATRICIA PEDRA DUARTE MOTOIE

ANEXO I.1

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA – CEL NELSON F. TERRA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 014/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00145998/2026-44

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES), unidade de ensino da Polícia Militar destinada à formação em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado em Ciências Policiais e Preservação da Ordem Pública), desempenha atividades acadêmicas e administrativas de elevada relevância institucional, demandando infraestrutura adequada, organizada e permanentemente higienizada para o pleno funcionamento de suas atividades.
- 2.2. Atualmente, o CAES conta com a circulação anual de aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) policiais discentes, dos quais cerca de 50% permanecem em regime de pernoite nas dependências da unidade. Soma-se a esse público o efetivo administrativo fixo, composto por aproximadamente 50 (cinquenta) policiais militares, que atuam diariamente na gestão acadêmica, operacional e logística do centro.
- 2.3. Neste contexto, observa-se que o fluxo contínuo e significativo de pessoas, aliado à permanência prolongada de parte dos usuários nas instalações (inclusive em período noturno), gera uma demanda constante e intensiva por serviços de limpeza, asseio e conservação predial. Tais serviços são essenciais para garantir condições adequadas de salubridade, higiene e organização dos ambientes, abrangendo salas de aula, alojamentos, banheiros, áreas administrativas, áreas comuns e demais dependências.
- 2.4. A manutenção de ambientes limpos e adequadamente conservados não se limita a aspectos estéticos, mas constitui medida fundamental de saúde pública e prevenção de doenças, especialmente em locais com alta rotatividade e convivência coletiva. Ademais, contribui diretamente para a qualidade do ambiente acadêmico, favorecendo o desempenho das atividades educacionais e administrativas, bem como o bem-estar dos usuários.
- 2.5. Ressalta-se, ainda, que a execução desses serviços por meio de contratação especializada mostra-se mais eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública, uma vez que permite a alocação de mão de obra qualificada, o uso de técnicas e insumos adequados, além de assegurar a continuidade e padronização dos serviços prestados, em consonância com as boas práticas de gestão e com os princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Permitir a conservação e o consequente aumento da durabilidade dos bens públicos, pautado no princípio da economicidade que orienta administração pública.
- 2.6. Adicionalmente, a contratação pretendida encontra respaldo no dever da Administração de garantir a adequada manutenção de seus bens e instalações, assegurando condições dignas de uso aos servidores e alunos, bem como a preservação do patrimônio público.
- 2.7. Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial para o CAES, como medida indispensável à manutenção das condições operacionais, sanitárias e funcionais da unidade, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços públicos ali prestados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Altos Estudos de Segurança - CAES	1º Ten PM Patrícia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) atende aos requisitos essenciais previstos no art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Estadual de São Paulo, em harmonia com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). A ausência de elementos fundamentais compromete a validade do processo licitatório, uma vez que o ETP constitui a base fundacional para toda a contratação, servindo como instrumento de planejamento estratégico que assegura a legalidade, eficiência e economicidade

da despesa pública.

4.1.1. A contratação demonstra o interesse público na manutenção de higiene e conservação das instalações do Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES), unidade estratégica da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Essa medida visa preservar a salubridade do ambiente de formação profissional, reduzindo riscos sanitários e otimizando o uso de recursos públicos para atividades essenciais de segurança pública. Sem essa demonstração explícita, o processo carece de motivação constitucional (art. 37, caput, CF/88), sujeitando-o a nulidade por ausência de finalidade pública comprovada.

4.1.2. O problema reside na deterioração progressiva das condições de limpeza e conservação predial nas dependências do CAES (Praça Júlio Preste), decorrente de demanda crescente por atividades operacionais e formativas, agravada pela ausência de equipe interna dedicada. A solução proposta — terceirização de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação — resolve essa lacuna por meio de execução especializada, mensurável via SLA (Service Level Agreement), alinhada ao CadTerc (Vol. 3, Cap. II). Essa estrutura garante resposta ágil a demandas recorrentes, evitando interrupções em treinamentos e fiscalizações policiais.

4.1.3. Análise de Viabilidade Técnica, Econômica e Jurídica (art. 5º, incisos VI e VII):

4.1.4. Técnica: Viável pela existência de mercado comprovado (levantamento de cotações anexas, com 3 propostas médias de R\$ 31.486,29/mês), compatível com normas ABNT NBR 15575 e CadTerc.

4.1.5. Econômica: Viável com valor anual projetado de R\$ 377.835,48 (2026) e total de R\$ 944.588,70 (30 meses), inferior em 15% ao custo interno estimado (planilha SOF anexa), com ROI via redução de absenteísmo (dados PMESP 2025).

4.1.6. Jurídica: Viável sob Lei 14.133/21 (modalidade pregão eletrônico, menor preço global), Decreto 68.017/23 e Res. SSP-005/2026 (sanções). Integra o Plano de Contratações Anual (PCA/SEFAZ, art. 5º, IX), com dotação orçamentária reservada (Nota de Reserva nº XX/2026).

4.2. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados a partir da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério do Diretor, por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. A contratada deverá cumprir as disposições relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, constantes do termo de referência, o que incluir a apresentação, após a assinatura do contrato, dos seguintes documentos:

a) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);

b) Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).

4.4. Este ETP subsidia diretamente o TR (nº 62/2026), fornecendo especificações técnicas, quantitativos (tabela anexa), SLA e critérios de fiscalização. A integração garante continuidade lógica, evitando reformulações e riscos de impugnação (TCE-SP Acórdão TC-4524.989.21-7).

5. Levantamento de Mercado

Análise das alternativas existentes

5.1. Considerando que os serviços serão prestados durante 30 (trinta) meses, faz-se necessária a dedicação exclusiva de mão-de-obra. Isto posto, pode-se visualizar a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, com dedicação exclusiva de mão-de-obra: Tal escolha pelo tempo de contrato, se faz necessário, pois visa melhor economicidade no valor do contrato.

5.2. Contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas:

5.2.1. Os insumos são fornecidos em quantidades e periodicidades preestabelecidas para atender as demandas semanais.

5.3. Justificativa insumos.

5.3.1. A solução escolhida é a contratação de serviços com fornecimento de insumos para atender as demandas mensais e não sob demanda. Entendemos que aquela solução possibilita maior controle de estoque que é fornecida pela empresa contratada e ainda uma economia para a administração, sobretudo em trabalhar sob demanda pode haver gastos e prejuízos que podem onerar o contrato, uma vez que a empresa deverá estar sempre de plantão para suprir esta necessidade quando solicitada.

5.4. Justificativa do Agrupamento em Lote Único:

A opção pelo agrupamento dos 6 (seis) itens em um Lote Único fundamenta-se na interdependência operacional das atividades de limpeza. A execução por uma única empresa assegura a sinergia operacional, evitando conflitos de competência em áreas de transição e garantindo a padronização de insumos e uniformes. Sob o prisma da economicidade, o lote único viabiliza ganhos de escala na supervisão e logística, reduzindo os custos indiretos que onerariam a Administração caso houvesse múltiplos contratos para o mesmo prédio.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial das futuras instalações físicas e mobiliárias do CAES sito Praça Júlio Prestes, 29 Campos Elísios, São Paulo/SP, CEP- 01218-902 e fornecimento de insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

6.2. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

6.3. Prestação de serviços de limpeza predial, visando à obtenção de salubridade e higiene, com disponibilização de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e adequadas condições de equipamentos, em local determinado na relação de endereço conforme citado no item 6.1.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

6.1. Solicitação de Contratação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial para o Prédio da Praça Júlio Prestes, nos termos da tabela abaixo, conforme tabela.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR
1	V-03 Áreas internas - limpeza predial – pisos frios.	162736	M²	3.101,04	R\$ 8,25	R\$25.583,58
2	V-03 Áreas externas - limpeza predial - pisos pavimentados adjacentes/contíguos as edificações.	162779	M²	861,71	R\$ 4,12	R\$3.550,25
3	V-03 Áreas externas - limpeza predial varrição de passeios e arruamentos.	218197	M²	1.444,58	R\$ 0,84	R\$ 1.213,45
4	V-03 Áreas externas - pátios e áreas verdes - baixa frequência.	162787	M²	1.142,95	R\$ 0,20	R\$ 228,59

5 V-03 Vidros externos - limpeza predial - frequência trimestral com exposição à situação de risco 207357 M² 272,79 R\$ 3,20 R\$ 872,93  
6 V-03 Vidros externos - limpeza predial - frequência semestral  
sem exposição à situação de risco 162841 M² 14,88 R\$ 2,52 R\$ 37,50  
VALOR MENSAL R\$ 31.486,29  
VALOR TOTAL DO CONTRATO (30 MESES) R\$ 944.588,64

6.2. O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

## 7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 944.588,64

7.1. O valor estimado para essa contratação é de R\$ 944.588,64 (Novecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

7.2. Cabe destacar que o valor mensal estimado de contratação é de R\$ 31.486,29 (Trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos).

## 8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1. Não será feito parcelamento do objeto, por se tratar de um serviço comum “contínuo” e mensal de limpeza para uma única unidade, sendo certo que os itens 1 a 6 compõem uma solução única de limpeza predial (rotinas integradas, áreas de transição, gestão única de insumos/equipe).

8.2. Que o parcelamento elevaria custos de coordenação/fiscalização e ampliaria risco de lacunas (área “sem dono”) e conflitos de responsabilidade, tendo a justificativa do Lote Único.

## 9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não será necessário contratações correlatas.

## 10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o CADERNO DE PREÇOS, Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 /2026.

I) ID PCA NO PNCP: 46377800000127-0-000112/2026;

II) DATA DE PUBLICAÇÃO NO PNCP: 23/01/2026;

III) ID DO ITEM NO PCA: 85;

IV) CLASSE/GRUPO: 0853 – SERVIÇOS DE LIMPEZA;

V) IDENTIFICADOR DA FUTURA CONTRATAÇÃO: 180372-62/2026;

## 11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

11.1. A contratação de serviços de impressão corporativa proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, assegurando maior eficiência, racionalização de recursos e conformidade técnica.

11.2. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

11.3. Padronização e Qualidade – A centralização do serviço garante uniformidade na produção dos impressos institucionais, observando padrões técnicos e de qualidade previamente estabelecidos, o que fortalece a identidade organizacional e evita disparidades entre unidades.

11.4. Eficiência Operacional – A execução por empresa contratada, com mão de obra especializada e equipamentos adequados, assegura maior agilidade no atendimento das demandas, reduzindo falhas, retrabalhos e atrasos.

11.5. Redução de Custos – A contratação possibilita o melhor aproveitamento de insumos e a racionalização de recursos, evitando desperdícios e proporcionando economia em médio e longo prazo, com manutenção e substituição de materiais a cargo da contratada.

11.6. Confiabilidade e Continuidade – O serviço prestado de forma ininterrupta, mediante estrutura técnica própria da contratada, confere segurança e previsibilidade às atividades administrativas e operacionais, evitando paralisações por falhas técnicas.

11.7. Adequação Normativa – A prestação dos serviços observará rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e legislações vigentes, assegurando que todos os procedimentos sejam executados dentro dos padrões de conformidade exigidos.

11.8. Segurança e Preservação Patrimonial – Com a execução e transporte de materiais e equipamentos sob responsabilidade da contratada, garantem-se melhores práticas de segurança, reduzindo riscos de danos ao patrimônio da Administração.

11.9. Sustentabilidade – A utilização de insumos de primeira qualidade e de materiais em conformidade com as normas ambientais contribui para a sustentabilidade e para a redução de impactos ambientais decorrentes do processo de impressão.

11.10. A contratação do serviço de impressão corporativa viabiliza ganhos de eficiência administrativa, economia de recursos públicos, segurança operacional e padronização institucional, contribuindo para o aprimoramento da gestão e para a entrega de serviços de maior qualidade à sociedade.

## 12. Providências a serem Adotadas

12.1. A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato a ser celebrados possuem a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

12.2. A contratante deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

12.3. A contratante deverá disponibilizar:

12.3.1. Um local adequado para que os trabalhadores realizem refeições;  
Um depósito para armazenamento dos insumos fornecidos.

### 13. Possíveis Impactos Ambientais

13.1. Considerando que tal documento não é obrigatório com base no §2º, Art. 18, da Lei Federal Nº 14.133/21 cc §1º, Art 5, Decreto Estadual Nº 68.017 /2023, além disso as condições de execução serão retratadas de forma minuciosa no Termo de Referência.

13.2. A logística reversa será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, a Lei 12.305/2010 e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

13.3. Deverá ser privilegiada a utilização de equipamentos que estejam em conformidade com programas de redução de consumo de energia, quando houver.

### 14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

### 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

### 16. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviço contínuo de limpeza, asseio e conservação predial para a nova sede do Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” da Polícia Militar do Estado de São Paulo mostra-se tecnicamente viável e necessária, considerando a natureza permanente das atividades desenvolvidas na unidade e a exigência de manutenção de condições adequadas de higiene, salubridade e organização das instalações. Ressalta-se que o quartel será utilizado, inclusive, por Oficiais-alunos, que pernoitarão nas dependências da unidade, o que impõe padrões ainda mais rigorosos de limpeza, especialmente em alojamentos, sanitários e áreas de uso comum, sendo o serviço essencial para a preservação da saúde e do bem-estar dos usuários.

Do ponto de vista técnico-operacional, a terceirização do serviço revela-se a solução mais adequada, uma vez que demanda mão de obra especializada, utilização de produtos e equipamentos apropriados e observância de rotinas padronizadas, não sendo viável sua execução direta pela Administração sem prejuízo das atividades finalísticas da Corporação. Ademais, há disponibilidade de empresas especializadas no mercado, aptas a prestar o serviço de forma contínua e regular, assegurando a qualidade da execução contratual e o atendimento aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

FRANCIELE CRISTINA MELENCHON CARMONA MENDES  
PATRICIA PEDRA DUARTE MOTOIE  
ANEXO I.2

### RELAÇÃO DE ENDEREÇOS E LOCAIS

OBS: Este é apenas um modelo sugerido pela PGE para que a Unidade Compradora possa adaptar o Termo de Referência às suas necessidades particulares. Aqui, a edição é livre.

Usando as tabelas abaixo, identifique a área (em “m²”) correspondente a cada um dos serviços descritos nos itens 2.1 a 2.14 do item 2 “DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS” do Anexo I.1 “Especificações Técnicas” deste Termo de Referência. Caso algum serviço não seja necessário, preencha a planilha com o valor zero.

#### 1. RELAÇÃO DOS LOCAIS UNIDADE CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

##### ENDEREÇO

PRAÇA JÚLIO PRESTES nº 29 – CAMPOS ELÍSEOS – São Paulo/SP

#### 2. COMPOSIÇÃO DOS LOTES

##### 2.1. A CONTRATAÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM 01 (UM) LOTE

ELABORADO POR:

PATRICIA PEDRA DUARTE MOTOIE  
1º TEN PM CH SEÇ ADM e ADM AP

Nos termos do artigo 7º, §2º, I da Lei federal nº 8.666/93, APROVO este Termo de Referência.

PAULO SERGIO DE MELO

CEL – Ch CAES

ANEXO II

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - PMESP  
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA - CAES  
Praça Júlio Prestes, nº 29, Bairro Campos Elíseos, São Paulo – SP (11) 2997-7315

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

(Processo Administrativo nº057.00145870/2026-81)  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0005/2026, CELEBRADO ENTRE O(A) ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA E .....  
O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do(a) CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA, com sede no(a) PRAÇA JÚLIO PRESTES nº 29 – CAMPOS ELÍSEOS, na cidade de SÃO PAULO/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0132-13, neste ato representado (a) pelo(a) CEL PM MELO, nomeado(a) pelo(a) Portaria nº 0003, de 27 de ABRIL de 2026, publicado(a) no DOE de 29 de ABRIL de 2026, portador(a) da identificação funcional RE nº 910354-6, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o (a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 900004/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

15. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)  
15.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

15.2. Objeto da contratação:  
ITEM

ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 V-03 Áreas internas - limpeza predial – pisos frios.	162736	M²	3.101,04	R\$ 8,25	R\$25.583,58
2 V-03 Áreas externas - limpeza predial - pisos pavimentados adjacentes/contíguos as edificações.	162779	M²	861,71	R\$ 4,12	R\$3.550,25
3 V-03 Áreas externas - limpeza predial varrição de passeios e arruamentos.	218197	M²	1.444,58	R\$ 0,84	R\$ 1.213,45
4 V-03 Áreas externas - pátios e áreas verdes - baixa frequência.	162787	M²	1.142,95	R\$ 0,20	R\$ 228,59
5 V-03 Vidros externos - limpeza predial - frequência trimestral com exposição à situação de risco	207357	M²	272,79	R\$ 3,20	R\$ 872,93
6 V-03 Vidros externos - limpeza predial - frequência trimestral sem exposição à situação de risco	162841	M²	14,88	R\$ 2,52	R\$ 37,50
VALOR MENSAL					R\$ 31.486,29
VALOR TOTAL DO CONTRATO (30 MESES)					R\$ 944.588,64

15.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 15.3.1. O Termo de Referência;
  - 15.3.2. O Edital da Licitação;
  - 15.3.3. A Proposta do Contratado; e
  - 15.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 15.4. O regime de execução deste contrato é o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

16. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO  
16.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (TRINTA) MESES, contados do(a) DATA ESTABELECIDADA PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.  
16.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (NOVENTA) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.  
16.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:  
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;  
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

16.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

16.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

16.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

16.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

16.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

#### 17. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

17.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### 18. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

18.1. NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, TOTAL OU PARCIAL, DO OBJETO CONTRATUAL.

#### 19. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

19.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

19.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

19.3. O VALOR INDICADO NESTA CLÁUSULA É MERAMENTE ESTIMATIVO, DE FORMA QUE OS PAGAMENTOS DEVIDOS AO CONTRATADO DEPENDERÃO DOS QUANTITATIVOS EFETIVAMENTE DEMANDADOS, MEDIDOS E FORNECIDOS.

19.4. CASO O CONTRATADO SEJA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL E, POR CAUSA SUPERVENIENTE À CONTRATAÇÃO, PERCA AS CONDIÇÕES DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU, AINDA, TORNE-SE IMPEDIDO DE BENEFICIAR-SE DESSE REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO POR INCORRER EM ALGUMA DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO PODERÁ DEIXAR DE CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES AVENÇADAS PERANTE A ADMINISTRAÇÃO, TAMPOUCO REQUERER O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, COM BASE NA ALEGAÇÃO DE QUE A SUA PROPOSTA LEVOU EM CONSIDERAÇÃO AS VANTAGENS DAQUELE REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO.

#### 20. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

20.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### 21. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

21.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

21.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

21.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

21.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

21.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

21.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença

normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

21.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

21.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

21.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

21.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

21.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

21.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

21.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 30 (TRINTA) DIAS, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

21.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

21.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

## 22. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

22.1. São obrigações do Contratante:

22.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

22.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

22.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

22.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

22.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

22.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

22.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

22.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
- III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
- IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;
- 22.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 22.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (TRINTA) DIAS para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 22.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (TRINTA) DIAS, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 22.1.12. NOTIFICAR OS EMITENTES DAS GARANTIAS QUANTO AO INÍCIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS (§ 4º, DO ART. 137, DA LEI Nº 14.133, DE 2021);
- 22.1.13. COMUNICAR O CONTRATADO NA HIPÓTESE DE POSTERIOR ALTERAÇÃO DO PROJETO PELO CONTRATANTE, SE O CASO ESTIVER ENQUADRADO NA SITUAÇÃO DISCIPLINADA PELO ART. 93, § 3º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021;
- 22.1.14. OBSERVAR QUE CONSTITUI RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GARANTIR AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE DOS TRABALHADORES, QUANDO O TRABALHO FOR REALIZADO EM SUAS DEPENDÊNCIAS OU LOCAL PREVIAMENTE CONVENCIONADO EM CONTRATO;
- 22.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 22.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 22.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.
23. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
- 23.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 23.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;
- 23.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 23.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 23.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 23.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 23.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 23.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 23.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 23.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 23.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

23.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

23.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

23.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

23.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

23.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

23.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

23.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

23.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

23.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

23.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

23.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

23.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

23.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

23.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

23.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

23.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

23.1.29. EFETUAR O PAGAMENTO DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS ALOCADOS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL MEDIANTE DEPÓSITO NA CONTA BANCÁRIA DE TITULARIDADE DO TRABALHADOR, EM AGÊNCIA SITUADA NA LOCALIDADE OU REGIÃO METROPOLITANA EM QUE OCORRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DE MODO A POSSIBILITAR A CONFERÊNCIA DO PAGAMENTO POR PARTE DO CONTRATANTE. EM CASO DE IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DESTA DISPOSIÇÃO, O CONTRATADO DEVERÁ APRESENTAR JUSTIFICATIVA, A FIM DE QUE O CONTRATANTE ANALISE SUA PLAUSIBILIDADE E POSSA VERIFICAR A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO;

23.1.30. AUTORIZAR O CONTRATANTE, NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, A FAZER O DESCONTO NAS FATURAS E REALIZAR OS PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS E DEMAIS VERBAS TRABALHISTAS DIRETAMENTE AOS TRABALHADORES, BEM COMO A FAZER O DESCONTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DO FGTS, QUANDO NÃO DEMONSTRADO O CUMPRIMENTO TEMPESTIVO E REGULAR DESSAS OBRIGAÇÕES, ATÉ O MOMENTO DA REGULARIZAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS;

23.1.31. NÃO PERMITIR QUE O EMPREGADO DESIGNADO PARA TRABALHAR EM UM TURNO PRESTE SEUS SERVIÇOS NO TURNO IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE;

23.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

23.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

23.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

23.1.35. INSTRUIR SEUS EMPREGADOS, NO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, QUANTO À OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE SEUS INTERESSES JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, RELATIVAS AO CONTRATO DE TRABALHO E OBRIGAÇÕES A ELE INERENTES, ADOTANDO, ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE MEDIDAS:

23.1.35.1. VIABILIZAR O ACESSO DE SEUS EMPREGADOS, VIA INTERNET, POR MEIO DE SENHA PRÓPRIA, AOS SISTEMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA RECEITA DO BRASIL, QUANDO DISPONÍVEL, COM O OBJETIVO DE VERIFICAR SE AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS FORAM RECOLHIDAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU DA ADMISSÃO DO EMPREGADO;

23.1.35.2. VIABILIZAR A EMISSÃO DO CARTÃO CIDADÃO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA TODOS OS EMPREGADOS QUE NECESSITEM DESSA PROVIDÊNCIA PARA ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE SEU INTERESSE, NO PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU DA ADMISSÃO DO EMPREGADO, ADMITINDO-SE QUE ESSA PROVIDÊNCIA SEJA SUBSTITUÍDA POR OUTRO MEIO COMPROVADAMENTE EFICAZ DE ACESSO A ESSAS INFORMAÇÕES;

23.1.36. OFERECER TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS AOS SEUS EMPREGADOS PARA A OBTENÇÃO DE EXTRATOS DE RECOLHIMENTOS DE SEUS DIREITOS SOCIAIS, PREFERENCIALMENTE POR MEIO ELETRÔNICO, QUANDO DISPONÍVEL;

23.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

23.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

23.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

23.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

23.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

23.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

23.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

23.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

24. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

24.1. NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES CONTRATO, O CONTRATADO DEVE CUMPRIR A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, COM SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD), AS DEMAIS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, INCLUSIVE REGULAMENTOS EDITADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, E DEVE OBSERVAR AS INSTRUÇÕES POR ESCRITO DO CONTRATANTE NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.

24.2. O CONTRATADO DEVE ASSEGURAR QUE O ACESSO A DADOS PESSOAIS SEJA LIMITADO AOS EMPREGADOS, PREPOSTOS OU COLABORADORES QUE NECESSITEM CONHECER/ACESSAR OS DADOS PERTINENTES, NA MEDIDA EM QUE SEJAM ESTRITAMENTE NECESSÁRIOS PARA AS FINALIDADES DESTES CONTRATO, E CUMPRIR A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ASSEGURANDO QUE TODOS ESSES INDIVÍDUOS ESTEJAM SUJEITOS A COMPROMISSOS DE CONFIDENCIALIDADE OU OBRIGAÇÕES PROFISSIONAIS DE CONFIDENCIALIDADE.

24.3. CONSIDERANDO A NATUREZA DOS DADOS TRATADOS, AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO TRATAMENTO E O ESTADO ATUAL DA TECNOLOGIA, ASSIM COMO OS PRINCÍPIOS PREVISTOS NO CAPUT DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 13.709, DE 2018, O CONTRATADO DEVE ADOTAR, EM RELAÇÃO AOS DADOS PESSOAIS, MEDIDAS DE SEGURANÇA, TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS APTAS A PROTEGER OS DADOS E INFORMAÇÕES DE ACESSOS NÃO AUTORIZADOS E DE SITUAÇÕES ACIDENTAIS OU ILÍCITAS DE DESTRUIÇÃO, PERDA, ALTERAÇÃO, COMUNICAÇÃO OU QUALQUER FORMA DE TRATAMENTO INADEQUADO OU ILÍCITO.

24.4. O CONTRATADO DEVE COMUNICAR NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE POSSÍVEL AO CONTRATANTE O CONHECIMENTO DE REQUERIMENTO DE TITULAR DE DADOS PESSOAIS A ELE DIRIGIDO, DE INCIDENTE DE SEGURANÇA RELACIONADO A DADOS PESSOAIS, OU DE OUTRA CIRCUNSTÂNCIA CUJA CIÊNCIA SEJA RELEVANTE PARA O CUMPRIMENTO PELO CONTRATANTE DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DECORRENTE DESTES INSTRUMENTO, FORNECENDO INFORMAÇÕES SUFICIENTES PARA QUE ELE CUMPA QUAISQUER DEVERES PREVISTOS NA LEI Nº 13.709, DE 2018.

24.5. POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DESTES CONTRATO, É DEVER DO CONTRATADO ELIMINAR OS DADOS PESSOAIS, COM EXCEÇÃO DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 16 DA LEI Nº 13.709, DE 2018, QUANDO FOR O CASO E NOS SEUS ESTRITOS LIMITES.

24.6. O CONTRATADO DEVE COLOCAR À DISPOSIÇÃO DO CONTRATANTE, CONFORME SOLICITADO, TODA INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA DEMONSTRAR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NESTA CLÁUSULA.

24.7. O CONTRATADO RESPONDERÁ POR QUAISQUER DANOS, PERDAS OU PREJUÍZOS CAUSADOS AO CONTRATANTE OU A TERCEIROS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709, DE 2018, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE EM SEU ACOMPANHAMENTO.

25. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

25.1. NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL DA EXECUÇÃO.

26. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §

2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv) Multa:

26.3. A SANÇÃO DE MULTA SERÁ APLICADA APÓS REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO, E CALCULADA COM OBSERVÂNCIA DOS SEGUINTE PARÂMETROS:

12.4.1. A RECUSA INJUSTIFICADA DO ADJUDICATÁRIO EM ASSINAR, ACEITAR OU RETIRAR O CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE, DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, ENSEJARÁ A MULTA CORRESPONDENTE A 20% DO VALOR DO AJUSTE OU MULTA CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

12.4.2. A INEXECUÇÃO TOTAL DO AJUSTE ENSEJARÁ A APLICAÇÃO DE MULTA DE 30% DO VALOR DO AJUSTE OU MULTA CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

12.4.3. A INEXECUÇÃO PARCIAL DO AJUSTE ENSEJARÁ A APLICAÇÃO DE MULTA, NA SEGUINTE CONFORMIDADE

12.4.4. 20% CALCULADA SOBRE O VALOR DOS MATERIAIS NÃO ENTREGUES OU SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS OU MULTA CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO PREÇO, RESULTANTE DA NOVA LICITAÇÃO, REFERENTE À PARCELA DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

12.4.5. 20% CALCULADA SOBRE O VALOR DO BEM OU SERVIÇO, NO CASO DE DEIXAR DE SUBSTITUIR OU REPARAR O OBJETO QUE APRESENTAR FALHAS OU DEFEITOS, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA CONTRATUAL;

12.4.6. O DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DE PRAZOS FIXADOS NO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE PARA ENTREGA DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DE ETAPAS OU CONCLUSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COM PRAZOS DETERMINADOS, ENSEJARÃO A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE MULTAS, QUE INCIDIRÃO SOBRE O VALOR DAS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS:

12.4.7. AS MULTAS SERÃO APLICADAS NA SEGUINTE CONFORMIDADE:

26.3.1. RECUSA INJUSTIFICADA EM ASSINAR, ACEITAR OU RETIRAR O CONTRATO = 20% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO OU DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

26.3.2. INEXECUÇÃO TOTAL = 30% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO OU DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

26.3.3. INEXECUÇÃO PARCIAL = 20% DO VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS OU DIFERENÇA DO PREÇO RESULTANTE DE NOVA LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA, PREVALECENDO A DE MAIOR VALOR;

26.3.4. ATRASO DE ATÉ 15 DIAS = 0,2% X DIAS DE ATRASO X VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS;

26.3.5. ATRASO DE 16 A 30 DIAS = 0,3% X DIAS DE ATRASO X VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS;

26.3.6. ATRASO DE 31 A 60 DIAS = 0,4% X DIAS DE ATRASO X VALOR REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS;

26.3.7. DESCUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PREVISTAS NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS = 5% X VALOR MENSAL DO CONTRATO.

26.3.8. CONFIGURADO O DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL, SERÁ A CONTRATADA NOTIFICADA DA INFRAÇÃO E DA PENALIDADE CORRESPONDENTE, PARA APRESENTAR DEFESA NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS CONTADOS DO 1º DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

26.3.9. RECEBIDA A DEFESA, A AUTORIDADE COMPETENTE DEVERÁ MANIFESTAR-SE MOTIVADAMENTE SOBRE O ACOLHIMENTO OU REJEIÇÃO DAS RAZÕES APRESENTADAS, PARA CONCLUIR PELA IMPOSIÇÃO OU NÃO DA PENALIDADE;

26.3.10. NO CASO DE APLICAÇÃO DA MULTA, A MESMA DEVERÁ SER PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

26.3.11. O VALOR CORRESPONDENTE À MULTA, APÓS O DEVIDO PROCEDIMENTO EM QUE TENHA SIDO ASSEGURADO O DIREITO DA AMPLA DEFESA À CONTRATADA, SERÁ DESCONTADO DO PRIMEIRO PAGAMENTO SUBSEQUENTE DEVIDO À CONTRATADA DECORRENTE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E NO CASO DE NÃO HAVER PAGAMENTOS PENDENTES À CONTRATADA, O VALOR DA MULTA DEVERÁ SER RECOLHIDO AO TESOURO DO ESTADO, POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO, NO PRAZO DE ATÉ 05 DIAS CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DA MULTA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO OU, CASO O CONTRATO TENHA EXIGIDO GARANTIA, O VALOR DA MULTA SERÁ DESCONTADO DA GARANTIA PRESTADA.

26.3.12. O PAGAMENTO DA MULTA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE COMPROVADO PERANTE A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, SENDO APLICADOS JUROS MORATÓRIOS DE 0,5% AO MÊS ÀS MULTAS NÃO RECOLHIDAS ATÉ O VENCIMENTO;

26.3.13. SE O PAGAMENTO DA MULTA IMPOSTA AO CONTRATADO NÃO FOR EFETUADO DENTRO DO PRAZO DE 05 DIAS CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, SUA COBRANÇA SERÁ FEITA JUDICIALMENTE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

26.3.14. A MULTA NÃO IMPEDE QUE A ADMINISTRAÇÃO RESCINDA UNILATERALMENTE O CONTRATO E APLIQUE AS OUTRAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

12.4.22. A AUTORIDADE COMPETENTE PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES REFERIDAS NO PARÁGRAFO ANTERIOR, APÓS O JULGAMENTO DOS RECURSOS OU TRANSCORRIDO O PRAZO SEM A SUA INTERPOSIÇÃO, PROVIDENCIARÁ A SUA IMEDIATA DIVULGAÇÃO NO SÍTIO ELETRÔNICO “WWW.SANCOES.SP.GOV.BR” CONSIDERANDO QUE O MESMO É ACESSADO A CADA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO EFETUADA PELA ADMINISTRAÇÃO.

12.3.22. AS MULTAS SÃO AUTÔNOMAS E A APLICAÇÃO DE UMA NÃO EXCLUI A DA OUTRA.

26.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 26.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 26.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 26.8. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 26.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
27. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
- 27.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 27.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 27.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 27.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 27.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.
- 27.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
- 27.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 27.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 27.2.3. Indenizações e multas.
- 27.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 27.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 27.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.
- 27.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:
- 27.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, “b”, da Lei nº 14.133, de 2021); e
  - 27.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.
- 27.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 27.7. O Contratante poderá ainda:
- 27.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e
  - 27.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

27.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

28. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

28.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

28.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

28.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

28.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

28.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

28.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

29. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

29.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. GESTÃO/UNIDADE: 180.372 – CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

II. FONTE DE RECURSOS: 15001001 - TESOURO

III. PROGRAMA DE TRABALHO: 180402 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLICIA MILITAR

IV. ELEMENTO DE DESPESA: 33903796

V. PLANO INTERNO: 46377800000127/2026112

VI. NOTA DE EMPENHO: 2026NE00XXX

29.2. QUANDO A EXECUÇÃO DO CONTRATO ULTRAPASSAR O PRESENTE EXERCÍCIO, A DOTAÇÃO RELATIVA AO(S) EXERCÍCIO(S) FINANCEIRO(S) SUBSEQUENTE(S) SERÁ INDICADA APÓS APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA RESPECTIVA E LIBERAÇÃO DOS CRÉDITOS CORRESPONDENTES, MEDIANTE APOSTILAMENTO.

30. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

30.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

31. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

31.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

32. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

32.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (UMA) VIA, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas. [Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 02 de Março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n | Seção Atos Normativostda Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nncha a planilha com o valor zero. rmativo licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1 I - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2 São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;



- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º para os objetivos da licitação;;prestar decla

Artigo 3 As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4 Além das sanções previstas no artigo 3º ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo exigidos pela LLCA obedecerá

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5 Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º a Administração a converta em compensatória

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2 - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3 - a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6 Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º infracional, ou encaminhada de forma equivocada, sem va irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

### Seção I – DA ADVERTÊNCIA

Artigo 7 - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II - Da Multa prevista no inciso II o artigo 3º desta Resolução

Artigo 8 A multa prevista no inciso II do artigo 3º do artigo 3º à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9 Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º cumprimento de cláusulas contratuais, que n

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º anual do contrato; (dez por cento) a 20% (vin

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 A multa prevista no inciso II do artigo 3º (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.in

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;;  
nte por cerato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução.

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4to. do connto à va

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§ A multa de mora prevista no caput deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §§ prazos referidos nos itens 1 a 3 do corridos.

§ 3º A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º total do contrato,

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar.

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5 fraude de qualquer natureza;to;estar declar

Parágrafo único - A sanção prevista no caput será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

### CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – arágrafo único idades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º para frustrar os objetivos da licitação;;estar declar

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

### CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º da Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º da Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório; prevista no artigo 15 desta Resolução (dois) ou mais servidores estáveis.

§ 1º O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§ 2º O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 10.000, de 2016, e pelo órgão jurídico da Pnad, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§ 3º O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§ 4º Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§ 1º O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;

2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;

3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;

4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante

despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§ 2º Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução.

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§ 1º O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§ 2º Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§ 4º Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§ 1º O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§ 2º A comissão referida no inciso II do de acordo com o

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, terminará, med

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nque se refere o 83 da LLCA.almente

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nrevistos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificcompetente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nivalentes, inc

OSVALDO NICO GONÇALVES

Secretário da Segurança Pública

## ANEXO IV

### MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

#### ANEXO IV.1

### MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

## ANEXO V

### MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

#### ANEXO V.1

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO VI

### MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

#### ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_

(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_

(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI.3**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

**ANEXO VII**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO SERGIO DE MELO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 10:29:00.*

**LETICIA VIEIRA SILVA**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 09:35:41.*

**FELIPE AUGUSTO GARCIA ROANO**

SUBESCRITOR DE EDITAL



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 09:37:26.*